

# Prefeitura Municipal de Lajedão

Lei



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJEDÃO

**ESTADO DA BAHIA  
FORTE COMO A PEDRA, PRODUTIVA COMO A NATUREZA.**

**EMENDA A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 005 de 03 de abril de 2014.**

**“Modifica, acrescenta e suprime dispositivos da Lei Orgânica do Município de Lajedão, nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil e da Constituição do Estado da Bahia”.**

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Lajedão, no uso de suas atribuições estabelecidas pelo art. 43, § 2º da Lei Orgânica Municipal, faz saber que o plenário da Câmara Municipal aprovou e promulga a seguinte Emenda a Lei Orgânica Municipal:

**Art. 1º** - A Lei Orgânica do Município de Lajedão, passa a vigorar com as seguintes alterações, inclusões e supressões:

**Art. 2º** - O artigo 14 da Lei Orgânica do Município de Lajedão passará a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 14** – A Câmara Municipal instalar-se-á, em sessão solene, no dia 1º de janeiro, no primeiro ano de cada legislatura para dar posse aos candidatos diplomados vereadores, prefeito e vice prefeito, sob a presidência do último presidente se reeleito vereador, e na sua falta do vereador mais votado dentre os presentes.

**§ 1º** - Aberta a sessão, o presidente convidará dois vereadores dentre os presentes, para secretariar os trabalhos.

**§ 2º** - Os vereadores, o prefeito e o vice prefeito que se remete este caput deverão estar munidos dos respectivos diplomas expedidos pela Justiça Eleitoral e de toda documentação requisitada por esta Casa para estarem aptos a tomarem posse.

**§ 3º** - O Presidente designará o Secretário para proceder à chamada nominal de todos os edis, por ordem alfabética. Cada Vereador que atender à chamada apresentará o diploma e o Presidente o declarará empossado, observado o seguinte compromisso, que será prestado pelo Presidente, e repetido pelos demais, com as seguintes palavras: “Prometo guardar as Constituições da República e do Estado, e a Lei Orgânica do Município e desempenhar fiel e

---

**Av.Claudemiro Rocha Passos, 02 – CEP 45950-000 - Fone: (73) 3299 2288  
CNPJ: 07.179.158/0001-10**

---

Praça Plínio Dantas de Lima | 01 | Centro | Lajedão-Ba

[www.pmlajedao.ba.ipmbrasil.org.br](http://www.pmlajedao.ba.ipmbrasil.org.br)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian  
791729A20F97EDF43DC6B0BFCF77513D

# Prefeitura Municipal de Lajedão



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJEDÃO

### ESTADO DA BAHIA

### **FORTE COMO A PEDRA, PRODUTIVA COMO A NATUREZA.**

lealmente o mandato que me foi confiado," em ato continuo cada vereador de pé ratificará dizendo: "Assim prometo".

§ 4º - O conteúdo do compromisso e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados.

§ 5º - No ato da posse, os Vereadores apresentarão declaração de bens, repetida quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em ata e arquivadas na Câmara Municipal.

§ 6º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no *caput* deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal e prestará compromisso individualmente nas mesmas condições e termos dispostos nos parágrafos deste.

§ 7º - O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, o que se dará, obrigatória e impreterivelmente, no prazo a que se refere o "caput" deste artigo.

§ 8º - O Vereador que não se empossar no prazo previsto no "caput" deste artigo não mais poderá fazê-lo, aplicando-se-lhe a sanção extintiva do mandato eletivo.

§ 9º - A recusa do Vereador eleito a tomar posse importa em renúncia do mandato, devendo o Presidente, após o decurso do prazo estipulado no *caput*, declarar extinto o mandato e convocar o respectivo Suplente.

§ 10 - Cumprido o disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo, o Presidente provisório facultará a palavra por 05 (cinco) minutos a cada um dos Vereadores e a quaisquer autoridades presentes que desejarem manifestar-se.

§ 11 - Após a instalação da legislatura, em ato continuo, a Câmara Municipal de Lajedão deverá empossar o Prefeito e Vice Prefeito, da forma que se segue:

§ 12 - O Prefeito e o Vice Prefeito deverão obedecer o disposto nos parágrafos 2º e 3º deste artigo.

§ 13 - O Presidente convidará, a seguir, o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos e regularmente diplomados a prestarem o compromisso a que se refere o § 3º deste artigo, e os declarará empossados.

§ 14 - Poderão fazer uso da palavra, pelo prazo máximo de 05 (cinco) minutos, um representante de cada bancada ou bloco parlamentar, o Prefeito, o Vice Prefeito, o Presidente da Câmara e um representante das autoridades presentes.

---

**Av.Claudemiro Rocha Passos, 02 – CEP 45950-000 - Fone: (73) 3299 2288  
CNPJ: 07.179.158/0001-10**

---

Praça Plínio Dantas de Lima | 01 | Centro | Lajedão-Ba  
[www.pmlajedao.ba.ipmbrasil.org.br](http://www.pmlajedao.ba.ipmbrasil.org.br)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian  
791729A20F97EDF43DC6B0BFCF77513D

# Prefeitura Municipal de Lajedão



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJEDÃO

**ESTADO DA BAHIA**

***FORTE COMO A PEDRA, PRODUTIVA COMO A NATUREZA.***

§ 15 - Para os casos de posse superveniente ao início da legislatura, seja de Prefeito ou Vice Prefeito, prevalecerão os prazos e critérios estabelecidos no parágrafo 6º deste artigo.

§ 16 - O exercício do mandato dar-se-á, automaticamente com a posse, assumindo o Prefeito, Vice Prefeito e Vereadores todos os direitos e deveres inerentes a cada cargo.

§ 17 - Se tratando do Poder Executivo, a transmissão do cargo, quando houver, dar-se-á no Gabinete do Prefeito, após a posse.

§ 18 - Enquanto não ocorrer à posse do Prefeito, assumirá o cargo o Vice Prefeito e, na falta ou impedimento deste o Presidente da Câmara.

§ 19 - A recusa do Prefeito eleito a tomar posse importa em renúncia tácita ao mandato, devendo o Presidente da Câmara, após o decurso do prazo estabelecido no parágrafo 6º deste artigo, declarar a vacância do cargo.

§ 20 - Ocorrendo à recusa do Vice Prefeito a tomar posse, observar-se-á o mesmo procedimento previsto no "caput" deste artigo.

§ 21 - Ocorrendo a recusa do Prefeito e do Vice Prefeito, o Presidente da Câmara deverá assumir o cargo de Prefeito, até a posse dos novos eleitos.

§ 22 - A Legislatura terá duração de quatro anos, conforme disposições legais, devendo a Câmara reunir- se, anualmente, em período legislativo ordinário, durante onze meses, de 1º de fevereiro a 30 de dezembro.

**Art. 3º** - O artigo 24 da Lei Orgânica do Município de Lajedão passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24 - Reaberta a sessão imediatamente depois da posse, os vereadores reunirão sob a Presidência do vereador mais votado no pleito municipal dentre os presentes, havendo a maioria absoluta dos membros da câmara, elegerão os componentes da mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º - Estando presente a maioria absoluta dos vereadores, o presidente em exercício iniciará o processo de votação com encaminhamento, para registro, das chapas completas, não sendo permitido a integração em chapas diversas o nome de um mesmo candidato.

I - Estando registrado as chapas, o presidente fará a leitura de suas composições e convidará os vereadores à votação aberta com voto nominal de cada vereador;

---

**Av.Claudemiro Rocha Passos, 02 – CEP 45950-000 - Fone: (73) 3299 2288**  
**CNPJ: 07.179.158/0001-10**

---

# Prefeitura Municipal de Lajedão



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJEDÃO

ESTADO DA BAHIA

**FORTE COMO A PEDRA, PRODUTIVA COMO A NATUREZA.**

II - Após a votação será proclamada a chapa vencedora para composição da Mesa Diretora, que assumirá imediatamente.

§ 2º - A Mesa Diretora compõe-se dos cargos de Presidente, Vice Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, eleitos na forma prevista neste Regimento e na Lei Orgânica Municipal e tem competência para dirigir, executar e disciplinar todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

§ 3º - Os membros da Mesa, nos seus impedimentos e ausências, serão substituídos, sucessivamente, atendida a ordem hierárquica dos casos.

§ 4º - Na ausência dos Secretários, o Presidente convocará qualquer Vereador para assumir as funções da Secretaria da Mesa, por ocasião dos trabalhos legislativos de cada sessão.

§ 5º - O tempo de mandato da Mesa Diretora será de dois anos, sendo permitida a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 6º - Não se considera recondução a eleição para o mesmo cargo em Legislaturas diferentes, ainda que sucessivas.

§ 7º - O quórum para abertura dos trabalhos e votação na eleição da Mesa Diretora será de maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 8º - Não havendo o quórum exigido, o Vereador indicado nos termos do artigo 8º do Regimento Interno da Câmara permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias até que seja eleita a mesa.

§ 9º - A Mesa Diretora será eleita na Sessão Solene, imediatamente após a respectiva posse dos Vereadores, devendo observar-se os seguintes procedimentos:

I - realização, por ordem do Presidente, da chamada regimental para verificação do quórum;

II - leitura das inscrições das chapas aos cargos da Mesa Diretora, assegurando-se na sua constituição, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

III - chamada nominal dos Vereadores, em ordem alfabética, para declararem os seus votos abertamente;

IV - proclamação do resultado pelo Presidente;

---

**Av.Claudemiro Rocha Passos, 02 – CEP 45950-000 - Fone: (73) 3299 2288  
CNPJ: 07.179.158/0001-10**

---

# Prefeitura Municipal de Lajedão



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJEDÃO

ESTADO DA BAHIA

**FORTE COMO A PEDRA, PRODUTIVA COMO A NATUREZA.**

V - posse automática dos eleitos.

§ 10 - A inscrição da chapa aos cargos da Mesa Diretora deverá ser registrada na Secretaria da Câmara, com antecedência de, no mínimo, quarenta e oito horas, exceto na Primeira Sessão Legislativa, em que a inscrição deverá ser protocolada tão logo seja iniciada a Sessão Solene.

§ 11 - O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se, tampouco votar ou ser votado na eleição da Mesa.

§ 12 - É vedado ao Vereador ausente e ao licenciado que não retorne às suas funções legislativas 180 (cento e oitenta) dias antes do pleito concorrer à eleição de qualquer cargo da Mesa.

§ 13 - Por se tratar de um ato personalíssimo, o Vereador ausente não poderá votar utilizando-se de procurador ou outros meios.

§ 14 - O suplente de Vereador convocado somente poderá ser eleito para cargo da Mesa quando não seja possível preenchê-lo de outro modo.

§ 15 - A eleição dos membros da Mesa Diretora far-se-á mediante votação nominal, assegurando-se o direito de voto inclusive aos seus candidatos.

§ 16 - Será considerado eleita a Mesa Diretora, em primeiro escrutínio, a chapa que obtiver a maioria simples dos votos.

§ 17 - Em caso de empate nas eleições para membro da Mesa proceder-se-á a segundo escrutínio para desempate e, se o empate persistir, a terceiro escrutínio, após o qual, se ainda não tiver havido definição, será proclamado vencedor o concorrente pertencente a maior bancada partidária.

§ 18 - Persistindo, contudo, o empate, após o cumprimento das regras do *caput*, será considerado eleito o concorrente mais idoso, de acordo com a Lei Federal nº 9.504/97.

§ 19 - A eleição para renovação da Mesa será realizada nas mesmas condições impostas nos artigos 17, 18 e 19 do Regimento Interno da Câmara.

§ 20 - Para as eleições do primeiro biênio poderão concorrer quaisquer Vereadores titulares, ainda que tenham participado da Mesa da legislatura precedente.

§ 21 - No primeiro ano da Legislatura, os Vereadores eleitos para a Mesa Diretora serão empossados mediante termo lavrado na Sessão Solene em que se realizar sua eleição, entrando imediatamente em exercício.

---

**Av.Claudemiro Rocha Passos, 02 – CEP 45950-000 - Fone: (73) 3299 2288  
CNPJ: 07.179.158/0001-10**

---

# Prefeitura Municipal de Lajedão



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJEDÃO

ESTADO DA BAHIA

**FORTE COMO A PEDRA, PRODUTIVA COMO A NATUREZA.**

§ 22 - A eleição para a renovação da Mesa Diretora realizar-se-á em até 10 (dez) dias após a votação da Lei Orçamentária Anual, normalmente em dezembro do segundo ano do primeiro biênio, dando-se automaticamente posse aos eleitos no primeiro dia do ano seguinte, mediante termo lavrado e assinado pelos vereadores presentes à Sessão Especial.

**Art. 4º** - O artigo 25 da Lei Orgânica do Município de Lajedão passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25 – As sessões da Câmara são:

I - Ordinárias – as que se realizam uma vez por semana, em dias e horários fixados por decisão plenária, durante qualquer sessão legislativa;

II - Extraordinárias – as que se realizam em dias ou horários diversos dos fixados para as ordinárias;

III - Solenes – as que se realizam para comemorações ou homenagens, para a exposição de assuntos de relevante interesse público, as de instalação e encerramento de sessão legislativa e de posse de Vereadores, Prefeito e Vice-Prefeito.

§ 1º - As sessões solenes são realizadas com qualquer número de Vereadores, serão convocadas de ofício pelo Presidente ou a requerimento de um terço dos membros da Câmara.

§ 2º - As sessões da Câmara, realizadas em caráter ordinário ou extraordinário, terão a duração de 03 (três) horas, subdivididas em cada hora para o Pequeno Expediente, a Ordem do Dia e o Grande Expediente, podendo ser prorrogada, na forma prevista neste Regimento.

§ 3º - A prorrogação das sessões poderá ser determinada pelo Presidente, por proposta do Plenário ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário à conclusão de votação de matéria já discutida, nunca em tempo inferior a 20 (vinte) minutos.

§ 4º - O tempo de prorrogação será previamente consignado no requerimento e somente será apreciado se apresentado até 10 (dez) minutos antes do encerramento da ordem do dia.

§ 5º - Havendo feriado ou ponto facultativo, as sessões da Câmara serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente.

---

**Av.Claudemiro Rocha Passos, 02 – CEP 45950-000 - Fone: (73) 3299 2288  
CNPJ: 07.179.158/0001-10**

Praça Plínio Dantas de Lima | 01 | Centro | Lajedão-Ba  
[www.pmlajedao.ba.ipmbrasil.org.br](http://www.pmlajedao.ba.ipmbrasil.org.br)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian  
791729A20F97EDF43DC6B0BFCF77513D

# Prefeitura Municipal de Lajedão



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJEDÃO

**ESTADO DA BAHIA**

***FORTE COMO A PEDRA, PRODUTIVA COMO A NATUREZA.***

§ 6º - As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora, inclusive domingos e feriados, e / ou, em caso de apreciação em segundo turno de proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal, comprovada a necessidade de urgência urgentíssima, após a sessão ordinária em que se verificar o primeiro turno de discussão e votação da proposta.

§ 7º - Somente se realizarão sessões extraordinárias quando a Câmara encontrar-se em recesso e/ou se tratar de matérias altamente relevantes e urgentes, como nos casos de decisão sobre emendas à Lei Orgânica Municipal, sendo que sua convocação dar-se-á da forma e no prazo previsto neste Regimento.

§ 8º - Na sessão extraordinária o Plenário somente deliberará sobre a matéria para qual foi a Câmara convocada.

§ 9º - As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora, para fim específico, não havendo prefixação de sua duração.

§ 10 - As sessões solenes poderão ser realizadas em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa, com aquiescência do Plenário.

§ 11 - As Sessões da Câmara serão públicas, salvo disposição em contrário, tomada pela maioria de dois terços de seus membros, quando houver motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

§ 12 - Excetuadas as Solenes, as Sessões da Câmara só poderão ser abertas, ou ter continuidade, com a presença de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 13 - Não havendo número legal, o Presidente aguardará durante 15 (quinze) minutos para que aquele se complete e, caso assim não ocorra, fará lavrar ata sintética pelo Secretário ou por servidor designado, com registro do nome dos Vereadores presentes, declarando, em seguida, prejudicada a realização da sessão.

§ 14 - A tolerância máxima para a abertura das Sessões Ordinárias é de 10 (dez) minutos, a contar do horário estabelecido em Resolução própria.

§ 15 - Durante as sessões somente os Vereadores e servidores da Casa regularmente designados poderão permanecer na parte do recinto do Plenário que lhes é destinada.

§ 16 - A convite da Presidência ou por sugestão de qualquer Vereador poderão permanecer nessa parte, para assistir à sessão, as autoridades públicas

---

**Av.Claudemiro Rocha Passos, 02 – CEP 45950-000 - Fone: (73) 3299 2288  
CNPJ: 07.179.158/0001-10**

Praça Plínio Dantas de Lima | 01 | Centro | Lajedão-Ba  
[www.pmlajedao.ba.ipmbrasil.org.br](http://www.pmlajedao.ba.ipmbrasil.org.br)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian  
791729A20F97EDF43DC6B0BFCF77513D

# Prefeitura Municipal de Lajedão



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJEDÃO

ESTADO DA BAHIA

**FORTE COMO A PEDRA, PRODUTIVA COMO A NATUREZA.**

federais, estaduais, distritais ou municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§ 17 - Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessões poderão usar da palavra para agradecer à saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

**Art. 5º** - O artigo 115 da Lei Orgânica do Município de Lajedão passará a vigorar com a seguinte redação:

Art. 115 – Todos os bens municipais deverão ser cadastrados com a identificação respectiva, numerando-se os móveis e imóveis segundo o que for estabelecido em regulamento próprio do órgão competente.

§ 1º - Deverá ser feita, anualmente, a conferência da escrituração patrimonial com os bens existentes, e, na prestação de contas de cada exercício, será incluído o inventário de todos os bens municipais.

§ 2º - A alienação, o gravame ou cessão de bens municipais, a qualquer título, subordinam-se à existência de interesse público devidamente justificado e serão precedidos de avaliação, autorização legislativa e de processo licitatório, conforme as seguintes regras:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa e concorrência, dispensada esta nos casos:

- a) De doação, devendo constar, obrigatoriamente, do contrato, os encargos do donatário, o prazo de seu cumprimento e a cláusula de retrocessão, sob pena de nulidade do ato;
- b) De permuta.

II – quando móveis, dependerá de licitação, dispensada esta nos casos:

- a) De doação, que será permitida exclusivamente para fins de interesse social;
- b) De permuta;

§ 3º - O Município em caso de aforamento de seus bens imóveis, outorgará concessão de direito real de posse, uso e gozo, sendo necessária prévia autorização legislativa quando área tratar-se de área superior a 600 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados).

§ 4º - Para fins de regularização fundiária em terrenos pertencentes ao Município que estão ocupados por particulares em áreas que não sejam bens

---

**Av.Claudemiro Rocha Passos, 02 – CEP 45950-000 - Fone: (73) 3299 2288  
CNPJ: 07.179.158/0001-10**

# Prefeitura Municipal de Lajedão



## CÂMARA MUNICIPAL DE LAJEDÃO

ESTADO DA BAHIA

**FORTE COMO A PEDRA, PRODUTIVA COMO A NATUREZA.**

de uso comum e dominiais, ficará desobrigado da observância ao procedimento licitatório e da autorização legislativa independente de seu tamanho.

§ 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a outorgar escrituras públicas de doação pelo reconhecimento de domínio de áreas, de qualquer que seja sua medida, a todo particular que tenha posse reconhecida em terrenos de área urbana e nas agrovilas no Âmbito do Município de Lajedão.

§ 6º - O Município quando da transferência e reconhecimento do domínio público ao particular detentor da posse, ficará desobrigado da observância de procedimento licitatório e autorização legislativa, os imóveis destinam-se à regularização fundiária, de quem já tem a posse das áreas, sendo reconhecida a cadeia sucessória e a posse mansa e pacífica.

§ 7º - A autorização constante do § 5º abrangerá imóveis com finalidade residencial e comercial.

§ 8º - As áreas transferidas ao Município em decorrência de aprovação de loteamentos serão consideradas bens dominiais enquanto não se efetivarem benfeitorias que lhes deem outra destinação.

**Art. 6º** - Permanecem inalterados dos demais dispositivos na Lei Orgânica Municipal.

**Art. 7º** - Esta Emenda a Lei Orgânica Municipal entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se, por consequência, todas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Lajedão, em 19 de maio de 2014.

**RODRIGO SILVA CAIRES**  
PRESIDENTE

**NILSON MANOEL DA SILVA**  
VICE-PRESIDENTE

**JOBELITO SANTOS MATOS**  
1º SECRETÁRIO

**LIDIANE ALVES PEREIRA**  
2º SECRETÁRIA

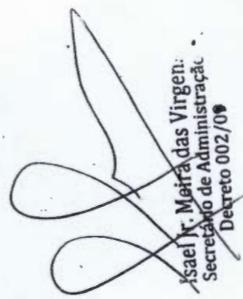
---

**Av.Claudemiro Rocha Passos, 02 – CEP 45950-000 - Fone: (73) 3299 2288**  
**CNPJ: 07.179.158/0001-10**

# Prefeitura Municipal de Lajedão

## LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LAJEDÃO

1990



Sael Jr. Meira das Virgens:  
Secretário de Administração  
Decreto 002/08

# Prefeitura Municipal de Lajedão

## PREAMBULO

<i>TÍTULO I</i>	
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	1
<i>TÍTULO II</i>	
DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL .....	1
<i>TÍTULO III</i>	
DO GOVERNO MUNICIPAL .....	3
<i>CAPÍTULO I</i>	
DOS PODERES MUNICIPAIS .....	3
<i>CAPÍTULO II</i>	
DO PODER LEGISLATIVO .....	3
<i>SEÇÃO I</i>	
DA CÂMARA MUNICIPAL .....	3
<i>SEÇÃO II</i>	
DA POSSE .....	4
<i>SEÇÃO III</i>	
DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL .....	4
<i>SEÇÃO IV</i>	
DO EXAME PÚBLICO DAS CONTAS MUNICIPAIS .....	6
<i>SEÇÃO V</i>	
DA REMUNERAÇÃO DOS AGENTES POLÍTICOS .....	6
<i>SEÇÃO VI</i>	
DA ELEIÇÃO DA MESA .....	6
<i>SEÇÃO VII</i>	
DAS SESSÕES .....	7
<i>SEÇÃO IX</i>	
DAS COMISSÕES .....	8
<i>SEÇÃO X</i>	
DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL .....	9
<i>SEÇÃO XI</i>	
DOS VEREADORES .....	9
<i>SUBSEÇÃO I</i>	
DISPOSIÇÕES GERAIS .....	9
<i>SUBSEÇÃO II</i>	
DAS INCOMPATIBILIDADES .....	10
<i>SUBSEÇÃO III</i>	
DO VEREADOR SERVIDOR PÚBLICO .....	10
<i>SUBSEÇÃO IV</i>	
DAS LICENÇAS .....	11
<i>SUBSEÇÃO V</i>	
DA CONVOCAÇÃO DOS SUPLENTES .....	11
<i>SUBSEÇÃO XII</i>	
DO PODER LEGISLATIVO .....	11
<i>SUBSEÇÃO I</i>	
DISPOSIÇÕES GERAIS .....	11
<i>SUBSEÇÃO II</i>	
DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL .....	12
<i>SUBSEÇÃO III</i>	
DAS LEIS .....	12
<i>CAPÍTULO III</i>	
DO PODER EXECUTIVO .....	14

  
 Isaiel R. Meira das Virgens  
 Secretário de Administração  
 Decreto 002/08

# Prefeitura Municipal de Lajedão

<b>SEÇÃO I DO PREFEITO MUNICIPAL</b>	14	<b>DA POLÍTICA DA SAÚDE</b>
<b>SEÇÃO II DAS LICENÇAS</b>	15	<b>SEÇÃO II DA POLÍTICA EDUCACIONAL, CULTURA, E DESPORTIVA</b>
<b>SEÇÃO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO</b>	16	<b>SEÇÃO III DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>
<b>SEÇÃO V DA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA</b>	17	<b>SEÇÃO IV DA POLÍTICA ECONÔMICA</b>
<b>SEÇÃO VI DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO MUNICIPAL</b>	18	<b>SEÇÃO V DA POLÍTICA URBANA</b>
<b>SEÇÃO VII DA CONSULTA POPULAR</b>	18	<b>SEÇÃO VI DA POLÍTICA DO MEIO AMBIENTE</b>
<b>TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL</b>	18	<b>TÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS</b>
<b>CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	18	
<b>CAPÍTULO II DO SERVIDOR PÚBLICO</b>	19	
<b>CAPÍTULO III DOS ATOS MUNICIPAIS</b>	21	
<b>CAPÍTULO V DOS PREÇOS PÚBLICOS</b>	24	
<b>CAPÍTULO V DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS</b>	24	
<b>CAPÍTULO VI DOS ORÇAMENTOS</b>	24	
<b>SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS</b>	24	
<b>SEÇÃO II DAS VEDAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS</b>	25	
<b>SEÇÃO II DAS ENVIADAS AOS PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS</b>	25	
<b>SEÇÃO IV DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	26	
<b>SEÇÃO V DA ORGANIZAÇÃO CONTABIL</b>	27	
<b>SEÇÃO VI DAS CONTAS MUNICIPAIS</b>	27	
<b>SEÇÃO VII DA PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS</b>	28	
<b>SEÇÃO VIII DO CONTROLE INTERNO INTEGRADO</b>	28	
<b>CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS</b>	28	
<b>CAPÍTULO VIII DAS OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS</b>	29	
<b>CAPÍTULO IX DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL</b>	31	
<b>CAPÍTULO X DAS POLÍTICAS MUNICIPAIS</b>	32	
<b>SEÇÃO I</b>		

Isabel Meira das Virgens  
Secretária de Administração  
Decreto 002/08

# Prefeitura Municipal de Lajedão

## LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE LAJEDÃO ESTADO DA BAHIA

### PREAMBULO

Nos, os representantes do povo de Lajedão, constituídos em poder Legislativo Orgânico desse Município, reunidos em Câmara Municipal com as atribuições previstas no artigo 29 da Constituição Federal, em nome de Deus votando e, promulgando a seguinte Lei Orgânica.

### TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. — O Município de Lajedão, pessoa jurídica de direito público interno, é unidade territorial que integra a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, dotada de autonomia política, administrativa, financeira e legislativa nos termos assegurados pela Constituição da República, pela Constituição do Estado e por esta Lei Orgânica.

Art. 2º. — O território do Município poderá ser dividido em distritos criados, organizados, e supridos por Leis Municipais, observada a Legislação estadual, a consulta Plebiscitária e o disposto desta Lei Orgânica.

Art. 3º. — A sede do Município dá-lhe o nome e tem a categoria de cidade enquanto a sede do Distrito tem a categoria de vila.

Art. 4º. — O município integra a divisão administrativa do Estado da Bahia.

Art. 5º. — Constituir bens do Município todas as coisas móveis e imóveis, direitos e ações que a qualquer título lhe pertençam.

Art. 6º. — São Símbolos do Município o Brasão, a Bandeira e o Hino, representativos de sua cultura em História.

Art. 7º. — O município, objetivando integrar a organização, planejamento e a execução de funções públicas e interesse regional comum, pode associar-se a mais municípios limítrofes e ao Estado.

### TÍTULO II DA COMPETÊNCIA MUNICIPAL

Art. 8º. — Compete ao município:

- I — legislar sobre assuntos de interesse local;
  - II — complementar a Legislação federal e estadual no que couber;
  - III — instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar as suas rendas, sem prejuízos da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
  - IV — criar, organizar e suprir distritos, observando o disposto nesta Lei Orgânica e na legislação estadual pertinente;
  - V — instituir a guarda municipal destinada à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispufer a Lei;
  - VI — organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão, entre outros, os seguintes serviços:
- a) transporte coletivo urbano e intermunicipal que terá caráter essencial,

  
Isaias J. de Britto  
Prefeito  
Assinatura digitalizada  
Decreto 002/09

# Prefeitura Municipal de Lajedão

- b) abastecimento de água e esgotamento;  
 c) mercados, feiras e matadouros locais;  
 d) cemitérios e serviços funerários;  
 e) iluminação pública;
- II – limpeza pública, coleta domiciliar e destinação final do lixo;
- VII – manter, com a cooperação técnica e financeira da União do Estado, os programas de educação pré-escolar e ensino fundamental;
- VIII – prestar, com a cooperação técnica da União e do Estado, serviços de atendimentos à saúde da população;
- IX – promover a proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual;
- X – promover a cultura e a recreação;
- XI – fomentar a produção agropecuária e demais atividades econômicas, inclusive a artesanal;
- XII – preservar as florestas, a fauna e a flora;
- XIII – realizar serviços de assistência social, diretamente ou por meio de instituições privadas, conforme critérios e condições fixadas em lei municipal;
- XIV – realizar programas de apoio às práticas desportivas;
- XV – realizar programas de alfabetização;
- XVI – realizar atividades de defesa civil, inclusive a de combate a incêndio preservação de acidentes naturais em coordenação com a União e o Estado;
- XVII – promover, adequadamente, ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- XVIII – elaborar e executar o plano diretor;
- XIX – executar obras de:
- abertura, pavimentação e conservação de vias;
  - drenagem pluvial;
  - construção e conservação de estradas, parques, jardins e hortas florestais;
  - construção e conservação de estradas vicinais;
  - edificação e conservação de prédios públicos municipais;
- XX – a) tarifas dos serviços públicos, inclusive dos serviços de táxis;
- b) horários de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e serviços;
- XXI – Sinalizar as vias públicas e rurais;
- XII – regulamentar a utilização de vias e logradouros públicos;
- XXIII – conceder licença para:
- localização, instalação e funcionamento de estabelecimentos industriais e comerciais e de serviços;
  - afixação de cartazes, letreiros, anúncios, faixas, emblemas e utilização de alfanorte para fins de publicidade e propaganda;
  - exercício de comércio eventual ou ambulante;
  - realização de jogos, espetáculos e divertimentos públicos, observadas as prescrições legais;
  - prestação dos serviços de táxis;

- Art. 10 – O Governo Municipal constituído pelos poderes Legislativo e Executivo, independentes e harmônicos entre si.
- Parágrafo único – É vedada aos Poderes Municipais a delegação recíproca de atribuições, salvo nos cargos previstos nesta Lei Orgânica.
- TÍTULO III**  
**DO GOVERNO MUNICIPAL**  
**CAPÍTULO I**  
**DOS PODERES MUNICIPAIS**
- Art. 11 – O poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores, eleitos para cada legislatura entre cidadãos maiores de dezoito anos, no exercício dos direitos políticos, pelo voto direto e secreto.
- Parágrafo único – Cada Legislatura terá a duração de 4 (quatro) anos.
- Art. 12 – O número de vereadores será fixado pela Câmara Municipal observados os limites estabelecidos na Constituição Federal, na Estadual e nas seguintes normas:
- para os primeiros 20 mil habitantes, o número de Vereadores será 9 (nove);
  - crescendo-se uma vaga para cada 20 mil habitantes seguintes ou fração;
  - o número de habitantes a ser utilizado como base de cálculo do número de vereadores será aquele fornecido, mediante certidão, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
  - o número de Vereadores será fixado, mediante decreto legislativo, até o final da sessão legislativa do ano que anteceder às eleições;
  - a Mesa da Câmara enviará ao Tribunal Regional Eleitoral, logo após sua aprovação, cópia do decreto legislativo de que trata o inciso anterior;

# Prefeitura Municipal de Lajedão

Art. 13 – Salvo disposição em contrário desta Lei Orgânica, as deliberações da Câmara Municipal e de suas comissões serão tomadas por maioria absoluta de seus membros.

## SEÇÃO II DA POSSE

Art. 14 – A Câmara Municipal reunir-se-á em sessão preparatória, a partir de 10 de janeiro do primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros.  
 § 1º – Sob a presidência do Vereador que mais recentemente tenha exercido cargo na mesa ou, na hipótese de inexistir tal situação o mais votado entre os presentes, os demais Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.  
 § 2º – O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo deverá fazê-lo no prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara Municipal.  
 § 3º – No ato da posse os Vereadores deverão descompatibilizar-se e fazer declaração de seus bens, repetida quando do término do mandato, sendo ambas transcritas em livro próprio, resumidas em ata e divulgadas para o conhecimento público.

## SEÇÃO III DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 15 – Cabe à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente na que se refere ao seguinte:

- I – assuntos de interesse local, inclusive complementando a legislação federal e estadual;
- II – tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;
- III – orçamento anual, plano plurianual e diretrizes orçamentárias bem como autorizar a abertura de créditos suplementares e especiais;
- IV – obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito bem como sobre a forma e os meios de pagamento;
- V – concessão de auxílios e subvenções;
- VI – concessão e permissão de serviços públicos;
- VII – concessão de direito real de uso de bens municipais;
- VIII – aquisição de bens imóveis, quando se trata de doação;
- IX – aquisição organização e supressão de distritos, observada a legislação estadual;
- X – criação, alteração e extinção de cargos, empregos e funções públicas e fixação da respectiva remuneração;
- XI – planos e programas municipais de desenvolvimento, inclusive o plano diretor urbano;
- XII – normalização da cooperação das associações representativas no planejamento municipal e de outras formas de participação popular na gestão municipal;
- XIII – alteração da denominação de propriedades, vias e logradouros Públicos;
- XIV – guarda municipal destinada a proteger bens, serviços e o Município;
- XV – ordenamento, parcelamento, uso e ocupação do solo urbano;
- XVI – organização dos serviços públicos;
- XVII – conceder título honorífico a pessoas que tenham se conhecidamente pres-

XVIII – criação, estruturação e definição de competência das Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública;  
 Art. 16 – Compete à Câmara Municipal, privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:  
 I – eleger sua Mesa Diretora, bem como destituí-la na forma desta Lei Orgânica e do Regimento Interno;

- II – elaborar o seu Regimento Interno;
- III – fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, observando-se o disposto na Constituição Federal e o estabelecimento nesta Lei Orgânica;
- IV – exercer, com o auxílio do Tribunal de contas ou órgão Estadual competente, a fiscalização financeira, orçamentária operacional e patrimonial do Município;
- V – julgar as contas anuais do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos do Governo;
- VI – sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação Legislativa;
- VII – dispor sobre sua organização, funcionamento, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de serviços e fixar a respectiva remuneração;
- VIII – autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, quando a ausência exceder a 15 (quinze) dias;
- IX – mudar temporariamente a sua sede;
- X – fiscalizar e controlar, diretamente, os atos de Poder Executivo, incluindo os da administração indireta e funcional;
- XI – proceder à tomada de contas do Prefeito Municipal, quando não apresentadas à Câmara dentro do prazo de 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa;
- XII – proceder e julgar os Vereadores, por infração político-administrativas na forma desta Lei Orgânica;
- XIII – representar ao Procurador Geral da Justiça, mediante aprovação de dois terços dos seus membros, contra o Prefeito e Vice-Prefeito e Secretários Municipais ou ocupantes de Cargos da mesma natureza, pela prática de crimes contra a Administração Pública que tiver conhecimento;
- XIV – dar Posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, conhecer de sua renúncia e afastá-lo definitivamente do cargo, nos termos previstos em Lei;
- XV – Conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores para afastamento do cargo;
- XVI – criar comissões especiais de inquéritos sobre fato determinado que se inclua na competência da Câmara Municipal, sempre que o requerer pelo menos um terço dos membros da Câmara;
- XVII – convocar os Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre matéria de sua competência;
- XVIII – solicitar informações ao Prefeito Municipal sobre assuntos referentes a administração;
- XIX – autorizar referendo e convocar plebiscito;
- XX – decidir sobre a perda de mandato de Vereador, por voto secreto e maioria absoluta, nas hipóteses previstas nesta Lei Orgânica;
- XXI – conceder título honorífico a pessoas que tenham se conhecidamente pres-

04

05

  
 Isaiel J. Melo das Vargas  
 Secretário de Administração  
 Decreto 002/2017

# Prefeitura Municipal de Lajedão

provado pela maioria de dois terços de seus membros.

Art. 17 – A celebração de convênios, acordos e consórcios a União, o Estado ou outros Municípios, com instituições privadas ou entidades representativas da Comunidade para planejamento, execução de projetos, leis, serviços e decisões.

§ 1º. – Sendo convenio, acordo ou consórcio gravoso ao orçamento municipal, sempre que o valor ultrapassar o do referido orçamento, é de responsabilidade da Câmara Municipal, desde que seja a autorizatória municipal.

§ 2º. – Ficará em 30 (trinta) dias, prorrogável por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado, o prazo para que os responsáveis pelos órgãos Administrativo direta ou indireta do Município prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pela Câmara Municipal na forma desta Lei Orgânica.

§ 3º. – O não atendimento no prazo estipulado no parágrafo anterior importará na promoção da responsabilidade do infrator, inclusive judicialmente.

## SEÇÃO IV DO EXAME PÚBLICO DAS CONTAS MUNICIPAIS

Art. 17 – As contas do Município ficarão à disposição dos cidadãos durante 60 (sessenta) dias, a partir de 15 (quinze) de abril de cada exercício, no horário de funcionamento da Câmara Municipal, em local de fácil acesso ao público.

Parágrafo único – A consulta às contas municipais poderá ser feita por qualquer cidadão, independentemente de requerimento, autorização ou despacho de qualquer autoridade, na forma prevista em regulamento.

## SEÇÃO V DA REMUNERACAO DO PREFEITO, VICE-PREFEITO E VEREADORES

Art. 18 – A remuneração do Prefeito e do Vice-Prefeito será fixada pela Câmara Municipal para cada exercício, estabelecendo-se índice de atualização monetária.

Art. 19 – A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e Vereadores será fixada determinando-se o valor em moeda corrente do País, vedada qualquer vinculação.

§ 1º. – A remuneração do Prefeito será composta de subsídios e verba de representação.

§ 2º. – A verba de representação do Prefeito Municipal não poderá exceder a dois terços de seus subsídios.

Art. 20 – A remuneração dos Vereadores será fixada em uma legislatura para outra, até trinta dias antes das eleições para a renovação do mandato dos Vereadores, mediante decreto legislativo que estabelecerá critérios de atualização.

§ 1º. – Na falta de deliberação prévia no caso deste artigo prevalecerá para a legislatura seguinte a remuneração em vigor, corrigida periodicamente pelos índices de inflação oficiais aprovados pelo Governo Federal, sempre que a variação exceder a 20%, mas nunca em período inferior a um mês.

§ 2º. – A remuneração dos Vereadores será dividida em parte fixa e parte variável, vedados acréscimos a qualquer título.

§ 3º. – A verba de representação do Presidente da Câmara, que integra a remuneração, não poderá exceder a dois terços da que for fixada para o Prefeito Municipal.

Art. 21 – A remuneração dos Vereadores terá como limite máximo o valor percebido como remuneração pelo Prefeito Municipal.

Art. 22 – Poderá ser prevista remuneração para as sessões extraordinárias, desde que observado o limite fixado no artigo anterior.

Art. 23 – A lei fixará critérios de indenização de despesas de viagem do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores.

Parágrafo Único – A indenização de que trata este artigo não será considerada como remuneração.

## SEÇÃO VI DA ELEIÇÃO DA MESA

Art. 24. – Imediatamente após a posse, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do Vereador que mais recentemente tenha exercido cargo na Mesa, ou, na hipótese de inexistir tal situação, do mais votado entre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa, que ficarão automaticamente empossados.

§ 1º. – O mandato da Mesa será de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 2º. – Na hipótese de não haver número suficiente para eleição da Mesa, o Vereador que mais recentemente tenha exercido cargo na Mesa ou, na hipótese de inexistir tal situação, o mais votado entre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a Mesa.

§ 3º. – A eleição para renovação da Mesa realizar-se-á obrigatoriamente na última sessão ordinária da sessão legislativa, empregando-se os efeitos em 1º. de janeiro.

§ 4º. – Caberá ao Regimento Interno da Câmara Municipal dispor sobre a composição da Mesa Diretora as suas atribuições e, subsidiariamente, sobre a sua eleição.

§ 5º. – Qualquer componente da Mesa poderá ser destituído, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, quando falso, omitido ou insuficiente no desempenho de suas atribuições, devendo o Regimento Interno da Câmara Municipal dispor sobre o processo de destituição e sobre a substituição do membro destituído.

## SEÇÃO VII DAS SESSÕES

Art. 25 – A sessão legislativa anual desenvolve-se de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º. de agosto a 15 de dezembro, independentemente de convocação.

§ 1º. – As reuniões marcadas para as datas estabelecidas no caput serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º. – A Câmara Municipal reunir-se-á em sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e secretas, conforme dispuser o seu Regimento Interno, e as remunerará de acordo com o estabelecido nesta Lei Orgânica e na legislação específica.

Art. 26 – As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, formada pela maioria absoluta de seus membros, quando ocorrer motivo relevante de preservação do decoro parlamentar.

07

*José Luiz Meira da Mota  
Secretário de Administração  
Decreto 002/09*

06

# Prefeitura Municipal de Lajedão

## SEÇÃO IX

### DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

**Art. 27.** – As sessões somente poderão ser iniciadas pelo Presidente da Câmara ou por outro membro da Mesa com a presença mínima de um terço dos seus membros. Parágrafo único – Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o litoral ou as folhas de presenças até o início da ordem do dia e participar das votações.

**Art. 28.** – A convocação extraordinária da Câmara Municipal dar-se-á:

I – pelo Prefeito Municipal, quando este entender necessário;

II – pelo Presidente da Câmara;

III – a requerimento da maioria absoluta dos membros da Câmara. Parágrafo único – Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara Municipal deliberará somente sobre a matéria para a qual foi convocada.

## SEÇÃO VII

### DAS COMISSÕES

**Art. 29.** – A Câmara Municipal terá comissões permanentes e especiais, constituídas na forma e com as atribuições definidas no Regimento Interno ou no ato de que resultar a sua criação.

**§ 1º.** – Em cada comissão será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara.

**§ 2º.** – Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

I – discutir propostas de lei, requerimentos e outras iniciativas no âmbito da sua especialidade.

II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil,

III – convocar Secretários Municipais ou ocupantes de cargos da mesma natureza para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas,

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VI – apreciar programas de obras e planos e sobre eles emitir parecer;

VII – acompanhar junto à Prefeitura Municipal a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução.

**Art. 30.** – As comissões especiais de inquérito, que terão poderes de investigação própria das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas pela Câmara mediante requerimento de um terço de seus membros, ou de qualquer Vereador, neste caso mediante deliberação plenária, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

**Art. 31.** – Qualquer entidade da sociedade civil poderá solicitar ao Presidente da Câmara que lhe permita emitir conceitos ou opiniões, junto as comissões, sobre projetos que nelas se encontrarem prestados.

Parágrafo único – O Presidente da Câmara enviará o pedido ao Presidente da respectiva comissão, a quem caberá deferir ou indeferir o requerimento, indicando, se for o caso, dia e hora para o pronunciamento e seu tempo de duração.

## SEÇÃO X

### DOS VEREADORES

#### SUBSEÇÃO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 34.** – Os Vereadores gozam de inviolabilidade por suas opiniões, palavras

nos

exercício

do

Município.

**Art. 35.** – Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar, perante a Câmara, sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

# Prefeitura Municipal de Lajedão

**Art. 36.** É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos Vereadores ou a percebido, por estes, de vantagens indevidas.

## SUBSEÇÃO II DAS INCOMPATIBILIDADES

**Art. 37.** Os Vereadores não poderão:

- I – desde a expedição do diploma:
- a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis ad nutum, nas entidades constantes da alínea anterior;
- II – desde a posse:
- a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis ad nutum nas entidades referidas na alínea a do inciso I, salvo o cargo de Secretário Municipal ou equivalente;
- c) patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea a do inciso I;
- d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eleitivo.

**Art. 38.** Perderá o mandato o Vereador:

- I – que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo em caso de licença ou de missão oficial autorizada;
- IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- V – quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;
- VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;
- VII – que deixar de residir no Município;
- VIII – que deixar de tomar posse, sem motivo justificado, dentro do prazo estabelecido nesta Lei Orgânica.

**§ 1º.** Extingue-se o mandato, e assim será declarado pelo Presidente da Câmara, quando ocorrer falecimento ou renúncia por escrito do Vereador.

**§ 2º.** Nos casos dos incisos I, II, VI e VII deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto escrito e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

**§ 3º.** Nos casos dos incisos III, IV, V e VIII, a perda do mandato será decidida pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer Vereador ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

## SUBSEÇÃO III DO VEREADOR SERVIDOR PÚBLICO

**Art. 39.** O exercício de vereança, por servidor público, se dará de acordo com as determinações da Constituição Federal.

Para único – O vereador ocupante de cargo, emprego ou função pública municipal é incompatível de ofício pelo tempo de duração de seu mandato.

## SUBSEÇÃO IV DAS LICENÇAS

**Art. 40.** O Vereador poderá licenciar-se:

- I – por motivos de saúde, devidamente comprovados;
  - II – para tratar de interesse particular, desde que o período de licença não seja superior a 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.
- § 1º. – Nos casos dos incisos I e II, não poderá o Vereador reassumir antes que se tenha escoado o prazo de sua licença.
- § 2º. – Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos termos do inciso I.

§ 3º. – O Vereador investido no cargo de Secretário Municipal ou equivalente será considerado automaticamente licenciado, podendo optar pela remuneração da vereança.

§ 4º. – O afastamento para o desempenho de missões temporárias de interesse do Município não será considerado como de licença, fazendo o Vereador jus à remuneração estabelecida.

## SUBSEÇÃO V DA CONVOCAÇÃO DOS SUPLENTES

**Art. 41.** No caso de vaga, licença ou investidura no cargo de Secretário Municipal ou equivalente, faz-se á convocação do suplente pelo Presidente da Câmara.

§ 1º. – O Suplente convocado deverá tomar posse dentro do prazo de 15 (quinze) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º. – Ocorrendo vaga e não havendo suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Tribunal Regional Eleitoral.

§ 3º. – Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quorum em função dos Vereadores remanescentes.

**SEÇÃO VI**  
DO PROCESSO LEGISLATIVO  
SUBSEÇÃO I  
DISPOSIÇÃO GERAL

**Art. 42.** O processo legislativo municipal compreende a elaboração de:

- I – emendas à Lei Orgânica Municipal;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – medidas provisórias;
- VI – decretos legislativos;
- VII – resoluções.

10

11

# Prefeitura Municipal de Lajedão

## SUBSEÇÃO II DAS EMENDAS À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL

**Art. 43** — A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante propostas:  
 I — de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal;  
 II — do Prefeito Municipal;

III — de iniciativa popular.

§ 1º. — A proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal será discutida e votada em dois turnos de discussão e votação, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, dois terços dos votos dos membros da Câmara.

§ 2º. — A emenda à Lei Orgânica Municipal será promulgada pela Mesa da Câmara com o respectivo número de ordem.

### SUBSEÇÃO III DAS LEIS

**Art. 44** — A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

**Art. 45** — Compete privativamente ao Prefeito Municipal a iniciativa das leis que versem sobre:

I — regime jurídico dos servidores;

II — criação de cargos, empregos e funções na Administração direta e autárquica do Município, ou aumento de sua remuneração;

III — orçamento anual; diretrizes orçamentárias e plano plurianual;

IV — criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração direta do Município.

**Art. 46** — A iniciativa popular será exercida pela apresentação, à Câmara Municipal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 50 (cinco por cento) dos eleitores inscritos no Município, contendo assunto de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros.

§ 1º. — A proposta popular deverá ser articulada, exigindo-se, para o seu recolhimento pela Câmara, a identificação dos assinantes, mediante indicação do número do respectivo título eleitoral, bem como a certidão expedida pelo órgão eleitoral competente, contendo a informação do número total de eleitores do bairro, da cidade ou do Município.

§ 2º. — A tramitação dos projetos de lei de iniciativa popular obedecerá às normas relativas ao processo legislativo.

§ 3º. — Caberá ao Regimento Interno da Câmara assegurar e dispor sobre o modo pelo qual os projetos de iniciativa popular serão defendidos na Tribuna da Câmara.

**Art. 47** — São objeto de leis complementares as seguintes matérias:

I — Código Tributário Municipal;

II — Código de Obras de Edificações;

III — Código de Posturas;

IV — Código de Zonamento.

V — Código de Parcelamento do Solo;

VI — Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano;

VII — Regime Jurídico dos Servidores.

“Parágrafo único — As leis complementares serão aprovadas pelo voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, assim definida a maioria constituída pela metade mais um dos vereadores, aproximado o resultado para o número inteiro seguinte.”

Art. 48 — As leis delegadas serão elaboradas pelo Prefeito Municipal que deverá solicitar a delegação à Câmara Municipal.  
 § 1º. — Não será objeto de delegação os atos de competência privativa da Câmara Municipal e a legislação sobre planos plurianuais, orçamentos e diretrizes orçamentárias.

§ 2º. — A delegação ao Prefeito Municipal terá a forma de decreto legislativo da Câmara Municipal, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.

§ 3º. — Se o decreto legislativo determinar a apreciação da lei delegada pela Câmara, esta o fará em votação única, vedada qualquer emenda.

Art. 49 — O Prefeito Municipal, em caso de calamidade pública poderá adotar a medida provisória, com força de lei, para abertura de crédito extraordinário, devendo submetê-la de imediato à Câmara Municipal, qu estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único — A medida provisória perderá a eficácia desde a edição, se não for convertida em lei no prazo de 30 (trinta) dias, a partir de sua publicação, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações jurídicas dela decorrentes.

Art. 50 — Não será admitido aumento da despesa prevista:

I — nos projetos de iniciativa popular e de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, ressalvados, neste caso, os projetos de leis orçamentárias;

II — nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 51 — O Prefeito Municipal poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa considerados relevantes, os quais deverão ser apreciados no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 1º — Decorrido, sem deliberação, o prazo fixado no caput deste artigo, o projeto será automaticamente incluído na ordem do dia, para que se ultime sua votação, sobrando-se a deliberação sobre qualquer outra matéria, exceto medida provisória, voto a leis orçamentárias.

§ 2º. — O prazo referido neste artigo não corre no período de recesso da Câmara e nem se aplica aos projetos de codificação.

§ 3º — O projeto de lei aprovado pela Câmara será, no prazo de 10 (dez) dias úteis, enviado pelo seu presidente ao Prefeito Municipal que, concordando, o sancionará no prazo de (quinze) dias úteis.

§ 4º. — Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito Municipal importará em sanção.

§ 5º. — Se o Prefeito Municipal considerar o projeto no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vete-o á total ou parcialmente no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 6º. — O voto parcial somente abrangeá texto integral de artigo de parágrafo,

*[Assinatura]*  
S/Ex. Ir. Meira das Virgens  
Secretaria de Administração

Decreto 002/10

# Prefeitura Municipal de Lajedão

**de inciso ou de alínea.**

§ 7º. O veto será no prazo de 15 (quinze) dias, contando do seu recebimento com parecer, ou sem ele, em uma única discussão votação.

§ 8º. O veto somente será rejeitado, se a maioria absoluta dos Vereadores, mediante votação secreta.

§ 9º. Esgotado sem deliberação o prazo previsto de quinze dias o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata sobrepostas as demais proposições até sua votação final exceto medida provisória.

§ 10º. Se o veto for rejeitado, o projeto será enviado ao Prefeito Municipal, em 48 (quarenta e oito) horas, para promulgação.

§ 11º. Se o Prefeito Municipal não promulgar a lei nos prazos previstos, e ainda no caso de sanção tácita, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, caberá ao Vice-Presidente obrigatoriamente fazê-lo.

§ 12º. A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§ 13º. Conceder ao Vereador receber do Poder executivo comunicado dos projetos enviados ao mesmo

Art. 53 – A matéria constante de projetos de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 54 – A resolução destina-se a regular matéria político-administrativa da Câmara de sua competência exclusiva, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito Municipal.

Art. 55 – O decreto legislativo destina-se a regular matéria da competência exclusiva da Câmara Municipal que produzira efeitos externos, não dependendo de sanção ou veto do Prefeito Municipal.

Art. 56 – O processo legislativo das resoluções e dos decretos legislativos se dará conforme determinado no Regimento Interno da Câmara, observando no que couber, o disposto nesta lei Orgânica.

Art. 57 – O processo de discussão do projeto de lei da iniciativa popular é integrado, na primeira discussão, pelo uso da palavra, durante tempo regimental, por eleitor subscritor que for designado pelos demais signatários e previamente inscrito na Secretaria da Câmara antes de iniciada a sessão.

§ 1º. Ao leitor que usa da palavra não será permitido abordar tema estranho à exclusiva defesa do projeto de Lei”.

§ 2º. – O Regimento interno da Câmara poderá establecer além desses, outros requisitos e condições para o uso da palavra pelo eleitor designado.

Art. 58 – O vice-prefeito se fará eleitos simultaneamente para cada legislatura.

(Art. 60) O prefeito e o vice-prefeito tomarão posse no dia 1º de janeiro do ano subsequente à eleição, em sessão solene da Câmara Municipal ou, se esta não estiver reunida perante a autoridade judiciária competente.

Art. 61 – Se até o dia 10 (dez) de janeiro o prefeito ou o vice-prefeito, salvo motivo de força maior devidamente comprovado e aceito pela Câmara Municipal, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

§ 1º. Enquanto não ocorrer a posse do prefeito, assumirá o cargo o Vice-Prefeito, e, na falta ou impedimento deste, o Presidente da Câmara Municipal.

§ 2º. – No ato da posse e ao término do mandato, o Prefeito e o Vice-Prefeito farão declaração pública de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, resumidas em ata e divulgadas para o conhecimento público.

Art. 63 – O vice-prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pela legislação local, auxiliará o prefeito sempre que por ele convocado para missões especiais, o substituirá nos casos de licença e o sucederá no caso de vacância do cargo.

Art. 62 – Em caso de impedimento do Prefeito e do Vice-prefeito, ou vacância dos respectivos cargos, será chamado ao exercício do cargo de Prefeito o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único – A recusa do Presidente em assumir a Prefeitura implicará em perda do mandato que ocupa na Mesa Diretora.

## SEÇÃO II DAS PROIBIÇÕES

Art. 63 – O vice-prefeito e o vice-prefeito não poderão, desde a posse, sob pena de perda de mandato:

I – firmar ou manter contrato com o Município ou com suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações ou empresas concessionárias de serviço público municipal, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II – aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que seja demissível ad nutum, na Administração Pública direta ou indireta, ressalvada a posse em virtude de concurso público, aplicando-se, neste hipótese, o disposto no artigo 38 da Constituição Federal;

III – ser titular de mais de um mandato eleutivo;

IV – patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades mencionadas no inciso I deste artigo;

V – ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato celebrado com o Município ou nella exercer função remunerada;

VI – fixar residência fora do Município.

## SEÇÃO III DAS LICENÇAS

Isael J. Meira das Virgens  
Secretário de Administração  
Decreto 002/09

14

15

# Prefeitura Municipal de Lajedão

**Art. 64** – O Prefeito não poderá ausentar-se do Município, sem licença da Câmara Municipal, sob pena de perda do mandato, salvo por período inferior a 15 (quinze) dias.

**Art. 65** – O Prefeito poderá licenciar-se quando impossibilitado de exercer o cargo, por motivo de doença devidamente comprovada.

**Parágrafo único** – No caso deste artigo e de ausência em missão oficial, o Prefeito licenciado fará jus à sua remuneração integral.

## SEÇÃO IV DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

**Art. 66** Compete privativamente ao Prefeito:

- representar o Município em juízo e fora dele;
- II – exercer a direção superior da Administração Pública Municipal;
- III – iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;
- IV – sancionar, promulgar e fazer publicar as leis aprovadas pela Câmara e expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;
- V – vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- VI – enviar à Câmara Municipal o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual do Município;
- VII – editar medidas provisórias, na forma desta Lei Orgânica;
- VIII – dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei;
- IX – remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da sessão legislativa, expondo a situação do Município e solicitando as provindências que julgar necessárias;
- X – prestar, anualmente, à Câmara Municipal, dentro do prazo legal, as contas do Município referentes ao exercício anterior;
- XI – prover e extinguir os cargos, os empregos e as funções públicas municipais, na forma de lei;
- XII – decretar, nos termos legais, desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social;

– XIII – publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

– XIV – prestar à Câmara, dentro de 30 (trinta) dias, as informações solicitadas, podendo o prazo ser prorrogado, a pedido, pela complexidade da matéria ou pela dificuldade de obtenção dos dados solicitados;

– XV – publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária;

– XVI – entregar à Câmara Municipal no prazo legal, os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias;

– XVII – solicitar o auxílio das forças policiais para garantir o cumprimento de seus atos, bem como fazer uso da guarda municipal, na forma da lei;

– XVIII – decretar calamidade pública quando ocorrerem fatos que a justifiquem;

– XIX – convocar extraordinariamente a Câmara;

– XX – fixar as tarifas dos serviços públicos concedidos e permitidos, bem como

daqueles explorados pelo próprio Município, conforme critérios estabelecidos na legislação municipal;

– XXXI – requerer à autoridade competente a prisão administrativa de servidor público municipal, omisso ou remissivo na prestação de contas dos dinheiros públicos;

– XXXII – dar denominação a próprios municipais e logradouros públicos, superintendente a arrecadação dos tributos e preços, bem como a guarda e a aplicação da receita, autorizando as despesas e os pagamentos dentro das disponibilidades orçamentárias ou dos créditos autorizados pela Câmara;

– XXXIV – aplicar as multas previstas na legislação e nos contratos ou convênios, bem como reaver-las quando for o caso;

– XXXV – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;

– XXXVI – resolver sobre os requerimentos, as reclamações ou as representações que lhe forem dirigidas.

**§ 1º** – O Prefeito Municipal poderá delegar as atribuições previstas nos incisos XIII, XIV, XV, XVI e XVII deste artigo.

**§ 2º** – O Prefeito Municipal poderá, a qualquer momento, segundo seu único critério, avocar a si a competência delegada.

## SEÇÃO V DA TRANSIÇÃO ADMINISTRATIVA

**Art. 67** – Até 30 (trinta) dias antes das eleições municipais, o Prefeito Municipal deverá preparar, para entrega ao sucessor e para publicação imediata, relatório da situação da Administração Municipal que concerna, entre outras, informações atualizadas sobre:

I – dívidas do Município, por credor, com as datas dos respectivos vencimentos, inclusive das dívidas a longo prazo e encargos decorrentes de operações de crédito de qualquer natureza;

II – medidas necessárias à regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas ou órgão equivalente, se for o caso;

III – prestação de contas de convênios celebrados com organismos da União e do Estado, bem como do recebimento de subsídios ou auxílios;

IV – situação dos contratos com concessionárias e permissionárias de serviços públicos;

V – estado dos contratos de obras e serviços com execução ou apenas formalizados, informando sobre o que foi realizado e pago e o que há por executar e pagar, com os prazos respectivos;

VI – transferências a serem recebidas da União e do Estado por força de mandamento constitucional ou de convênio;

VII – projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo em curso na Câmara Municipal, para permitir que a nova Administração decida quanto à conveniência de lhes dar prosseguimento, acelerar seu andamento ou retê-los;

VIII – situação dos servidores do Município, seu custo, quantidade e órgãos em que estão lotados e em exercício.

**Art. 68** – É vedado ao Prefeito Municipal assumir, por qualquer forma, com-

Isael L. Meira das Virgens,  
Secretário de Administração  
Decreto 002/2019

# Prefeitura Municipal de Lajedão

Art. 76 — A Administração Pública Municipal direta, indireta ou fundacional, obedecerá os princípios da legalidade, imparcialidade, e publicidade nos termos estabelecidos na Constituição Federal, que será exercida pelo Prefeito auxiliado pelos ocupantes de cargos integrantes de órgãos de administração superior criados na forma da Lei.

Art. 77 — O disposto neste artigo não se aplica nos casos comprovados de calamidade pública.

§ 1º — Serão nulos e não produzirão hum efeito os empenhos e atos praticados em desacordo neste artigo, sem prejuízo da responsabilidade do Prefeito Municipal.

## SEÇÃO VI DOS AUXILIARES DIRETOS DO PREFEITO MUNICIPAL

Art. 69 — O Prefeito Municipal, por intermédio de ato administrativo, estabelecerá as atribuições dos seus auxiliares diretos, definindo-lhes competências, deveres e responsabilidades.

Art. 70 — Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal são solidariamente responsáveis, junto com este, pelos atos que assinarem, ordenarem ou praticarem.

Art. 71 — Os auxiliares diretos do Prefeito Municipal deverão fazer declaração de bens no ato de sua posse em cargo ou função pública municipal e quando de sua exoneração.

## SEÇÃO VII DA CONSULTA POPULAR

Art. 72 — O Prefeito Municipal poderá realizar consultas populares para decidir sobre assuntos de interesse específico do Município, de bairro ou de distrito, cujas medidas devem ser tomadas diretamente pela Administração Municipal.

Art. 73 — A consulta popular poderá ser realizada sempre que a maioria absoluta dos membros da Câmara ou pelo menos 5% do eleitorado inscrito no Município, no bairro ou no distrito, com a identificação do título eleitoral, apresentarem proposição nesse sentido.

Art. 74 — A votação será organizada pelo Poder Executivo no prazo de dois meses após a apresentação da proposição, adotando-se cédula oficial que conterá as palavras SIM e NÃO, indicando, respectivamente, aprovação ou rejeição da proposição.

§ 1º — A proposição será considerada aprovada se o resultado lhe tiver sido favorável pelo voto da maioria dos eleitores que compareceram às urnas, em manifestação a que se tenham apresentado pelo menos 50% da totalidade dos eleitores envolvidos.

§ 2º — Serão realizadas, no máximo, duas consultas por ano.

§ 3º — É vedada a realização de consulta popular nos quatro meses que antecederam as eleições para qualquer nível de Governo.

Art. 75 — O Prefeito Municipal proclamará o resultado da consulta popular, que será considerado como decisão sobre a questão proposta, devendo o Governo Municipal, quando couber, adotar as providências legais para sua consecução.

## TÍTULO IV DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 76 — A Administração Pública Municipal direta, indireta ou fundacional, obedecerá os princípios da legalidade, imparcialidade, e publicidade nos termos estabelecidos na Constituição Federal, que será exercida pelo Prefeito auxiliado pelos ocupantes de cargos integrantes de órgãos de administração superior criados na forma da Lei.

## CAPÍTULO II DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 77 — O regime jurídico único para todos os servidores da administração direta ou indireta, será estabelecido através de lei, em estatuto próprio que disporá sobre direitos, deveres e regime disciplinar, assegurando os direitos adquiridos.

§ 1º — A lei assegurará aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo poder ou entre servidores do Poder Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 2º — Aplicam-se aos servidores os direitos seguintes:

I — Salário mínimo, na forma da lei;

II — irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III — décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IV — remuneração do trabalho noturno superior á do diurno;

V — salário família para seus dependentes;

VI — duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais;

VII — repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

VIII — remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cincuenta por cento á do normal;

IX — em vez de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais que o salário normal;

X — licença à gestante, remunerada, de cento e vinte dias;

XI — licença à paternidade, nos termos da lei;

XII — proteção de mercado de trabalho da mulher, nos termos da lei;

XIII — redução dos riscos inerentes ao trabalho;

XIV — adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XV — proibição de diferenças de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade cor ou estado civil e deficientes.

XVI — licença para tratamento de interesse particular, sem remuneração.

XVII — direito de greve cujo exercício se dará nos termos e limites definidos em lei complementar federal.

XVIII — seguro contra acidente de trabalho;

XIX — aperfeiçoamento pessoal e funcional;

XX — aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, nos termos da lei;

Art. 78 — O Servidor Público Municipal será aposentado nos termos da Constituição Federal.

# Prefeitura Municipal de Lajedão

stituição Federal dessa Lei Orgânica e do Estatuto do Servidor Público.

Art. 79 – O Servidor Público Municipal, no exercício de mandato eleutivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eleutivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horário perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo de remuneração do cargo eleutivo e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício do mandato eleutivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para pro-moção por merecimento;

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Art. 80 – São estáveis, após dois anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1º – O servidor público municipal estará só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2º – Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor público municipal, será ele reintegrado e, eventualmente ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3º – Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estará fixado em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 81 – E dire dire a associação profissional ou sindical do servidor público municipal na forma da lei federal, observado o seguinte:

I – haverá uma só associação sindical para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações;

II – é assegurado o direito de filiação de servidores, profissionais liberais, profissionais da área de saúde, à associação sindical de sua categoria;

III – os servidores da administração indireta, das empresas públicas e de economia mista, todos telecastas, poderão associar-se em sindicato próprio;

IV – ao sindicato dos servidores públicos municipais cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

V – a assembleia geral fixará a contribuição que será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

VI – nenhum servidor será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado ao sindicato da categoria;

VII – é obrigatória a participação do sindicato nas negociações coletivas de trabalho;

VIII – o servidor aposentado tem direito a votação e será votado no sindicato da categoria.

Art. 82 – O direito de greve assegurado aos servidores públicos municipais nos termos da Constituição Federal, não se aplica aos que exercem cargos em comissão, demissionários, "ad nutum" ou aos que exercem funções em serviços de atividades essenciais, assim definidas em lei.

Art. 83 – A lei disporá, em caso de greve, sobre o atendimento das necessidades imadiáveis da comunidade.

Art. 84 – O Município poderá instituir contribuição cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social que criará.

Art. 85 – O Município poderá consorciar-se com outros Municípios ou estabelecer convênio com a União e o Estado para prover a segundade social dos seus funcionários.

Art. 86 – Pessoas portadoras de deficiências, terão assegurados cargos e empregos na Administração Municipal em percentual nunca inferior a 80% devendo os critérios de seu prioritariamente serem definidos em lei municipal.

## CAPÍTULO III DOS ATOS MUNICIPAIS

Art. 87 – À publicação das leis e dos atos municipais far-se-á em órgão oficial ou, não havendo, em órgãos da imprensa local.

Parágrafo único – No caso de não haver periódicos no Município, a publicação será feita por meio de anúncio, em local próprio e de acesso público, na sede da Prefeitura Municipal ou da Câmara Municipal.

Art. 88 – A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não faltando constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 1º – À publicação dos atos não normativos, pela imprensa, poderá ser resumida.

§ 2º – A escolha do órgão de imprensa particular para divulgação dos atos municipais será feita por meio de licitação em que se levarão em conta, além dos preços, as circunstâncias de periodicidade, tiragem e distribuição.

Art. 89 – À formalização dos atos administrativos da competência do Prefeito far-se-á:

I – mediante decreto, numerado, em ordem cronológica, quando se tratar de:  
a) regulamentação de lei;  
b) criação ou extinção de gratificações, quando autorizadas em lei;  
c) abertura de créditos especiais e suplementares;

II – mediante decreto, numerado, em ordem cronológica, quando autoriza em lei:  
d) descrição de utilidade pública ou de interesse social para efeito de desapropriação ou transferência administrativa;

e) criação, alteração e extinção de órgãos da Prefeitura, quando autoriza em lei;

f) definição da competência dos órgãos e das atribuições dos servidores da Prefeitura, não prevista em lei;

g) aprovação de regulamentos e regulamentos dos órgãos da Administração descentralizada;

h) aprovação dos estatutos dos órgãos da Administração descentralizada;

i) fixação e alteração dos preços dos serviços prestados pelo Município e aprova-

21

20

*José V. Melo das Virgens*  
Secretário de Administração  
Decreto 002/08

# Prefeitura Municipal de Lajedão

**cão dos preços dos serviços concedidos ou autorizados;**

**i) permissão para exploração de serviços públicos e para uso de bens municipais;**

**ii) aprovação de planos de trabalho dos órgãos;**

**m) criação, extinção, declaração ou modificação de direitos dos administrados,**

**n) medidas executórias do plano diretor;**

**o) estabelecimento de normas de efeitos externos, não privativas de lei;**

**II – incidente portaria, quando se tratar de:**

- a) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual**
- b) lotação e relocação nos quadros de pessoal;**
- c) criação de comissões e designação de seus membros;**
- d) instituição e dissolução de grupos de trabalho;**
- d) autorização para contratação de servidores por prazo determinado e dispensa;**
- f) abertura de sindicâncias e processos administrativos e aplicação de penalidades;**
- g) outros atos que, por sua natureza ou finalidade, não sejam objeto de lei ou decreto;**

**Parágrafo único – Poderão ser delegados os atos constantes do item II deste artigo.**

## CAPÍTULO IV DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS

**Art. 90 – Compete ao Município instituir os seguintes tributos:**

**I – impostos sobre:**

- a) propriedade predial e territorial urbana;**
- b) transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acesso física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição;**
- c) vendas à varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel;**
- d) serviços de qualquer natureza, definidos em lei complementar.**

**II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos ou diversíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;**

**III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.**

**Parágrafo único – As alíquotas dos impostos previstos nas alíneas c e d do inciso III – contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.**

**Art. 91 – A administração tributária é atividade vinculada, essencial ao Município e deverá estar dotada de recursos humanos e materiais necessários ao fiel exercício de suas atribuições, principalmente no que se refere a:**

**I – cadastramento dos contribuintes e das atividades econômicas;**

**II – lançamento dos tributos;**

**III – fiscalização do cumprimento das obrigações tributárias;**

**IV – inscrição dos inadimplentes em dívida ativa e respectiva cobrança amigável ou encaminhamento para cobrança judicial.**

**Art. 92 – O Município poderá criar colegiado constituído paritariamente por servidores designados pelo Prefeito Municipal e contribuintes indicados por entidades representativas de categorias econômicas e profissionais, com atribuição de decidir, em grau de recurso, as reclamações sobre lançamentos e demais questões tributárias.**

**Parágrafo único – Enquanto não for criado o órgão previsto neste artigo, os recursos serão decididos pelo Prefeito Municipal.**

**Art. 93 – O Prefeito Municipal promoverá, periodicamente a atualização da base de cálculo dos tributos municipais.**

**§ 1º – A base de cálculo do imposto predial e territorial urbano – IPTU será atualizada anualmente, antes do término do exercício, podendo para tanto ser criada comissão da qual participarão, além dos servidores do Município, representantes dos contribuintes, de acordo com decreto do Prefeito Municipal.**

**§ 2º – A atualização da base de cálculo do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza, cobrado de autônomos e sociedades civis, obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.**

**§ 3º – A atualização da base de cálculo das taxas decorrentes do exercício do poder de polícia municipal obedecerá aos índices oficiais de atualização monetária e poderá ser realizada mensalmente.**

**§ 4º – A atualização da base de cálculo das taxas de serviços levará em consideração a variação de custos dos serviços prestados ao contribuinte ou colocados à sua disposição, observado os seguintes critérios:**

**I – quando a variação de custos for inferior ou igual aos índices oficiais de atualização monetária, poderá ser realizada mensalmente;**

**II – quando a variação de custos for superior àqueles índices, a atualização poderá ser feita mensalmente até esse limite, ficando o percentual restante para ser atualizado por meio de lei que deverá estar em vigor antes do início do exercício subsequente.**

**Art. 94 – A concessão de isenção e de anistia de tributos municipais depende de autorização legislativa, aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.**

**Art. 95 – A remissão de créditos tributários somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública ou notória pobreza do contribuinte, devendo a lei que autorize ser aprovada por maioria de dois terços dos membros da Câmara Municipal.**

**Art. 96 – A concessão de isenção, anistia ou moratória não gera direito adquirido e será revogada de ofício sempre que se apure que o beneficiário não satisfaz ou deixou de satisfazer as condições, não cumpriu ou deixou de cumprir os requisitos para sua concessão.**

**Art. 97 – É de responsabilidade do órgão competente da Prefeitura Municipal a inscrição em dívida ativa dos créditos provenientes de impostos, taxas, contribuições de melhoria e multas de qualquer natureza, decorrentes de infrações à legislação tributária, com prazo de pagamento fixado pela legislação ou por decisão proferida em processo regular de fiscalização.**

**Art. 98 – Ocorrendo a decadência do direito de constituir o crédito tributário ou a prescrição da ação de cobrança, abrir-se-á inquérito administrativo para apurar as responsabilidades, na forma da lei.**

**Parágrafo único – A autoridade municipal, qual que seja seu cargo, emprego ou função, e independentemente do vínculo que possuir com o Município, responsável administrativo**

# Prefeitura Municipal de Lajedão

de criminal e administrativamente pela -escritato ou decadência ocorrida sob sua responsabilidade, cumprindo-lhe indenizar critos ou não lançados.

## CAPÍTULO V DOS PREÇOS PÚBLICOS

Art. 99 – Para obter o resarcimento da prestação de serviços de natureza comercial ou industrial ou de sua atuação na organização e exploração de atividades econômicas, O Município poderá cobrar preços públicos.  
 Parágrafo único – Os preços elevados pela utilização de bens e serviços municipais deverão ser fixados de modo a cobrir os custos dos respectivos serviços e ser justificados quando se tornarem deficitários.  
 Art. 100 – Lei municipal estabelecerá outros critérios para a fixação de preços públicos.

## CAPÍTULO VI DOS ORÇAMENTOS SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 101 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estão decretado:

I – o plano plurianual;

II – as diretrizes orçamentárias;

III – os orçamentos anuais;

§ 1º. – O plano plurianual compreenderá:

I – diretrizes, objetivos e metas para as ações municipais de execução plurianual;

II – investimentos de execução plurianual;

III – gastos com a execução de programas de duração contínua.

§ 2º. – As diretrizes orçamentárias compreenderão:

I – as prioridades da Administração Pública Municipal, quer de órgãos da Administração direta, quer da Administração indireta, com as respectivas metas, incluindo a despesa de capital para o exercício financeiro subsequente;

II – orientações para a elaboração da lei orçamentária anual;

III – alterações na legislação tributária;

IV – autorização para a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, criação de cargos ou alterações de estrutura de carreiras, bem como a demissão de pessoal a qualquer título, pelas unidades governamentais da Administração direta ou indireta, inclusive as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

§ 3º. – O orçamento anual compreenderá:

- I – o orçamento fiscal da Administração direta municipal, incluindo os seus fundos especiais;
- II – os orçamentos das entidades de Administração indireta, inclusive das fundações instituídas pelo Poder Público Municipal;
- III – o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, diretamente ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto;

24

## SEÇÃO II DAS VEDAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 104 – São vedados:

I – a inclusão de dispositivos estranhos à previsão da receita e à fixação da despesa, excluindo-se as autorizações para abertura de créditos adicionais suplementares e contratações de operações de crédito de qualquer natureza e objetivo;

II – o início de programas ou projetos não incluídos no orçamento anual;

III – a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários originais ou adicionais;

IV – a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, aprovados pela Câmara Municipal por maioria absoluta;

V – a vinculação de receita de impostos a órgãos ou fundos especiais, ressalvada a que se destine à prestação de garantia às operações de crédito por antecipação de receita;

VI – a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;

VII – a concessão ou utilização de créditos ilimitados;

VIII – a utilização, sem autorização legislativa específica de recursos do orçamento fiscal e da segurança social, para suprir necessidade ou cobrir déficit de empresas, fundações e fundos especiais;

IX – a instituição de fundos especiais de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º. – os créditos adicionais especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados salvo se o ato de autorização for promulgado nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos, serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente.

§ 2º. – A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevistas e urgentes, como as decorrentes de calamidade pública.

## SEÇÃO III DAS EMENDAS AOS PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS

Art. 105 – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais suplementares e especiais serão apresentados pela Câmara Municipal, na forma do Regimento Interno.

§ 1º. – Caberá à comissão da Câmara Municipal:

*Isaete L. Melo*  
Secretário de Administração  
Lajedão-BA

25

# Prefeitura Municipal de Lajedão

I – examinar e emitir parecer sobre os objetos de plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual e sobre as contas do Município apresentadas anualmente pelo Prefeito;

II – examinar e emitir parecer sobre os planos e programas municipais, acompanhando e fiscalizar as operações resultantes ou não, da execução do orçamento, sem prejuízo das demais comissões criadas pela Câmara Municipal.

§ 2º. – As emendas serão apresentadas na comissão de orçamento e finanças, que sobre elas emitirá parecer, e apreciadas, na forma do Regimento Interno, pelo Plenário da Câmara Municipal.

§ 3º. – As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente poderão ser aprovadas caso:

I – sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II – indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:

- dotações para pessoal e seus encargos;
- serviço da dívida;
- transferências tributárias para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal;
- sejam relacionadas:
- com a correção de erros ou omissões;
- com os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 4º. – As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual.

§ 5º. – O Prefeito municipal poderá enviar mensagem à Câmara Municipal para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação na comissão de orçamento e finanças da parte cuja alteração é proposta.

§ 6º. – Os projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual serão enviados pelo Prefeito Municipal nos termos de lei municipal, enquanto não vigor a lei complementar de que trata o § 9º, do art. 165 da Constituição Federal.

§ 7º. – Aplicam-se aos projetos referidos neste artigo, no que não contrariar o dispositivo desta seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

§ 8º. – Os recursos, que em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de lei orçamentária anual ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados conforme o caso, mediante abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais com prévia e específica autorização legislativa.

Art. 108 – As alterações orçamentárias durante o exercício se representarão:

I – pelos créditos adicionais, suplementares, especiais e extraordinários;

II – pelos remanejamentos, transferências e transposições de recursos de uma categoria de programação para outra.

Parágrafo único – O remanejamento, a transferência e a transposição somente se realizará quando autorizados em lei específica que contenha a justificativa.

Art. 109 – Na efetivação dos empenhos sobre as doações, fixadas para cada despesa será emitido o documento Nota de Empenho, que conterá as características já determinadas nas normas gerais de Direito Financeiro.

§ 1º. – Fica dispensada a emissão da Nota de Empenho nos seguintes casos:

I – despesas relativas a pessoa e seus encargos;

II – contribuições para o PASEP;

III – amortização, juros e serviços de empréstimos e financiamentos obtidos;

IV – despesas relativas a consumo de água, energia elétrica, utilização dos serviços de telefone, postais e telegráficos e outros que vierem a ser definidos por atos normativos próprios.

§ 2º. – Aos casos previstos no parágrafo anterior, os empenhos e os procedimentos de contabilidade terão a base legal dos próprios documentos que originarem o empenho.

## SEÇÃO V DA ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL

Art. 110 – A contabilidade do Município obedecerá, na organização do seu sistema administrativo e informativo e nos seus procedimentos, aos princípios fundamentais de contabilidade e às normas estabelecidas na legislação pertinente.

## SEÇÃO VI DAS CONTAS MUNICIPAIS

Art. 111 – Até 60 (sessenta) dias após o início da sessão legislativa de cada ano, o Prefeito Municipal encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado ou órgão equivalente as contas do Município, que se compõem de:

I – demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras da Administração direta e indireta, inclusive dos fundos especiais e das fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público;

II – demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas dos órgãos da Administração direta com as dos fundos especiais, das fundações e das autarquias, instituídos e mantidos pelo Poder Públíco Municipal;

III – demonstrações contábeis, orçamentárias e financeiras consolidadas das empresas municipais;

IV – notas explicativas às demonstrações de que trata este artigo;

V – relatório circunstanciado da gestão dos recursos públicos municipais no exercício demonstrado.

## SEÇÃO IV DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 106 – A execução do orçamento do Município se refletirá na obtenção das suas receitas próprias, transferências e outras, bem como na utilização das doações designadas às despesas para a execução dos programas nele determinados, observado sempre o princípio do equilíbrio.

Art. 107 – O Prefeito Municipal fará publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

*Izabel J. M. Meira da Veiga  
Secretaria de Administração  
Decreto 002/09*

# Prefeitura Municipal de Lajedão

## SEÇÃO VII DA PRESTAÇÃO E TOMADA DE CONTAS

**Art. 112 – São sujeitos à tomada ou à prestação de contas os agentes da Administração municipal responsáveis por bens e valores pertencentes ou confiados à Faixa Pública Municipal.**

## SEÇÃO VIII DO CONTROLE INTERNO INTEGRADO

**Art. 113 – Os Poderes Executivo e Legislativo manterão, de forma integrada, um sistema de controle interno, apoiado nas informações contábeis, com objetivos de:**

- I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas do Governo Municipal;
- II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e a eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nas entidades da Administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos municipais por entidades de direito privado;
- III – exercer o controle dos empréstimos e dos financiamentos, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

## CAPÍTULO VII DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PATRIMONIAIS

**Art. 114 – Compete ao Prefeito Municipal a administração dos bens municipais, respeitada a competência da Câmara quanto àqueles empregados nos serviços desta.**

**Art. 115 – A alienação de bens municipais se fará de conformidade com a legislação pertinente.**

**Parágrafo único – As áreas transferidas ao Município em decorrência da aprovação de lotamentos serão consideradas bens dominiais enquanto não se efetivarem benfeitorias que lhes dêem outra destinação.**

**Art. 116 – O uso de bens municipais por terceiros poderá ser feito mediante concessão, permissão ou autorização, conforme o interesse público o exigir.**

**Parágrafo único – O Município poderá ceder seus bens a outros entes públicos, inclusive os da Administração indireta, desde que atendido o interesse público.**

**Art. 118 – A concessão administrativa dos bens municipais de uso especial e dominiais dependerá de lei e de licitação e far-se-á mediante contrato por prazo determinado, sob pena de nulidade do ato.**

**§ 1º – A licitação poderá ser dispensada nos casos permitidos na legislação aplicável.**

**§ 2º – A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será feita a título precário e por decreto.**

**§ 3º – A autorização, que poderá incidir sobre usos específicos e transitórios, por portaria, para atividades ou usos específicos e transitórios.**

**Art. 119 – Nenhum servidor será dispensado, transferido ou exonerado ou beneficiado o seu pedido de exoneração ou ressarcimento, sem que o Órgão responsável pelo controle dos bens patrimoniais da Prefeitura ou da Câmara ateste que o mesmo desolveu**

os bens referentes ao Município que estavam sob sua guarda.

**Parágrafo único –** O servidor terá um prazo de 05 (cinco) dias, improrrogáveis, para a devolução dos bens, sob as penas da lei, ficando afastado do cargo, emprego ou função, sem direito a qualquer remuneração.

**Art. 120 –** O órgão competente do Município será obrigado, independentemente de despacho de qualquer autoridade, a abrir inquérito administrativo e a propor, se for o caso, a competente ação civil e penal, contra qualquer servidor, sempre que forem apresentadas denúncias contra o extravio ou danos de bens municipais.

**Art. 122 – Os bens municipais serão identificados e cadastrados.**

## CAPÍTULO VIII DAS OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

**Art. 123 – É de responsabilidade do Município, mediante licitação e de conformidade com os interesses e as necessidades da população, prestar serviços públicos, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las com particulares através de processo licitatório.**

**Art. 124 –** Nenhuma obra pública, salvo os casos de extrema urgência devidamente justificados, será realizada sem que conste:

- I – o respectivo projeto;
- II – o orçamento do seu custo;
- III – a indicação dos recursos financeiros para o atendimento das respectivas despesas;

**IV – a viabilidade do empreendimento, sua conveniência e oportunidade para o interesse público;**

**V – os prazos para o seu início e término.**

**Art. 125 –** A concessão ou a permissão pública somente será efetivada com autorização da Câmara Municipal e mediante contrato, preceído de licitação.

**§ 1º –** Serão nulas de pleno direito as concessões e as permissões, bem como qualquer autorização para a exploração de serviço público, feitas em desacordo com o estabelecido neste artigo.

**§ 2º –** Os serviços concedidos ou permitidos ficarão sempre sujeitos à regulamentação e à fiscalização da Administração municipal, cabendo ao Prefeito aprovar as tarifas respectivas.

**Art. 126 –** Os usuários esforçarão representados nas entidades prestadoras de serviços públicos na forma que dispuser a legislação municipal, assegurando-se sua participação em decisões relativas a:

- I – planos e programas de expansão dos serviços;
- II – revisão da base de cálculo dos custos operacionais;
- III – política tarifária;
- IV – nível de atendimento da população em termos de quantidade e qualidade;
- V – mecanismos para atenção de pedidos e reclamações dos usuários, inclusive

28

29

*Isaiel Jr. Meira das Virgens  
Secretário de Administração  
Decreto nº 029/2017*

# Prefeitura Municipal de Lajedão

para a operação e dando casados a terceiros.

**Parágrafo único** – Em se tratando de empresas concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, a obrigatoriedade de concessão ou permissão.

**Art. 127** – As entidades prestadoras de serviços públicos são obrigadas, pelo menos uma vez por ano, a dar ampla divulgação de suas atividades, informando, em especial, sobre planos de expansão, aplicação de recursos financeiros e realização de programas de trabalho.

**Art. 128** – Nos contratos de concessão ou permissão de serviços públicos serão estabelecidos, entre outros:

I – os direitos dos usuários, inclusive as hipóteses de gratuidade;

II – as regras para remuneração do capital e para garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato;

III – as normas que possam comprovar eficiência no atendimento do interesse público, bem como permitir a fiscalização pelo Município, de modo a manter o serviço contínuo, adequado e acessível;

IV – as regras para orientar a revisão periódica das bases de cálculo dos custos operacionais e da remuneração do capital, ainda que estipulada em contrato anterior;

V – a remuneração dos serviços prestados aos usuários diretos, assim como a possibilidade de cobertura dos custos por cobrança a outros agentes beneficiados pela existência dos serviços;

VI – as condições de prorrogação, caducidade, rescisão e reversão da concessão ou permissão.

**Parágrafo único** – Na concessão ou na permissão de serviços públicos, o Município reprimirá qualquer forma de abuso do poder econômico, principalmente as que vissem à dominação do mercado, à exploração monopolística e ao aumento abusivo de lucros.

**Art. 129** – O Município poderá revogar a concessão ou a permissão dos serviços que forem executados em desconformidade com o contrato ou ato pertinente, bem como diqueles que se revelarem manifestamente insatisfatórios para o atendimento dos usuários.

**Art. 130** – As licitações para a concessão ou a permissão de serviços públicos deverão ser precedidas de ampla publicidade, inclusive em jornais da capital do Estado, mediante edital ou comunicado resumido.

**Art. 131** – As tarifas dos serviços públicos prestados diretamente pelo Prefeito Municipal, cabendo à Câmara Municipal definir os serviços que serão remunerados pelo custo, acima do custo e abaixo do custo, tendo em vista seu interesse econômico e social.

**Parágrafo único** – Na formação do custo dos serviços de natureza industrial, computar-se-ão, além das despesas operacionais e administrativas, as reservas para definição e reposição dos equipamentos e instalações, bem como previsão para expansão dos serviços.

**Art. 132** – O Município poderá consorciar-se com outros Municípios para a realização de obras ou prestação de serviços públicos de interesse comunitário.

**Parágrafo único** – O Município deverá propiciar meios para criação, nos consórcios, de órgão consultivo constituído por cidadãos não pertencentes ao serviço público.

co muni- cipal.

**Art. 133** – Ao Município é facultado conveniar com a União ou com o Estado prestação de serviços públicos de sua competência privativa, quando lhe faltarem recursos técnicos ou financeiros para a execução do serviço em padrões adequados, quando houver interesse mútuo, para a celebração do convênio.

**Parágrafo único** – Na celebração de convênios de que trata este artigo deve o Município:

I – propor os planos de expansão dos serviços públicos;

II – propor critérios para fixação de tarifas;

III – realizar avaliação periódica da prestação dos serviços.

**Art. 134** – A criação pelo Município de entidade de Administração indireta para execução de obras ou prestação de serviços públicos só será permitida caso a entidade possa assegurar sua auto-sustentação financeira.

**Art. 135** – Os órgãos colegiados das entidades de Administração indireta do Município terão a participação obrigatória de um representante de seus servidores, eleito por estes mediante voto direto e secreto, conforme regulamentação a ser expedida pelo ato do Prefeito Municipal.

## CAPÍTULO IX

### DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

#### SEÇÃO I

#### DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 136** – O Governo Municipal manterá processo permanente de planejamento, visando promover o desenvolvimento do Município, o bem-estar da população e a melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

**Parágrafo único** – O desenvolvimento do Município terá por objetivo a realização plena de seu potencial econômico e a redução das desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços, respeitadas as vocações, as peculiaridades e a cultura locais e preservado o seu patrimônio ambiental, natural e construído.

**Art. 137** – O processo de planejamento municipal deverá considerar os aspectos técnicos e políticos envolvidos na fixação de objetivos, diretrizes e metas para a ação municipal, propiciando que autoridades, técnicos de planejamento, executores e representantes da sociedade civil participem do debate sobre os problemas locais e as alternativas para o seu enfrentamento buscando conciliar interesses e solucionar conflitos.

**Art. 138** – O planejamento municipal deverá orientar-se pelos seguintes principios básicos:

I – democracia e transparéncia no acesso às informações disponíveis;

II – eficiência e eficácia na utilização dos recursos financeiros, técnicos e humanos disponíveis;

III – complementariedade e integração de políticas, planos e programas setoriais;

IV – viabilidade técnica e econômica das proposições, avaliada a partir do interesse social da solução e dos benefícios públicos;

V – respeito e adequação à realidade local e regional e consonância com os planos e programas estaduais e federais existentes.

Isabel Meira das Virtudes  
Secretaria de Administração  
Decreto 002/09

# Prefeitura Municipal de Lajedão

Municipal obedecerá à diretrizes do plano diretor e terão acompanhamento e avaliação permanente, de modo a garantir o seu exito, assegurar sua continuidade no horizonte de tempo necessário.

**Art. 140** – O planejamento das atividades do Governo Municipal obedecerá às diretrizes deste capítulo e será feito por meio de elaboração e manutenção atualizada entre outros, dos seguintes instrumentos.

I – plano diretor do desenvolvimento urbano;

II – lei de diretrizes orçamentárias;

III – orçamento anual;

V – plano plurianual;

**Art. 141** – Os instrumentos de planejamento municipal mencionados no artigo anterior deverão incorporar as propostas constantes dos planos e dos programas setoriais do Município, dadas as suas implicações para o desenvolvimento local.

## SEÇÃO II DA COOPERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES NO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

**Parágrafo único** – Para fins deste artigo, entende-se como associação representativa qualquer grupo organizado, de fins lícitos, que tenha legitimidade para representar seus filiados independentemente de seus objetivos ou natureza jurídica.

**Art. 143** – O Município submeterá à apreciação das associações, antes de encaminhá-las à Câmara Municipal, os projetos de lei do plano plurianual, do orçamento anual e do plano diretor, a fim de receber sugestões quanto à oportunidade e o estabelecimento de propriedades das medidas propostas.

**Parágrafo único** – Os projetos de que trata este artigo ficarão à disposição das associações durante 30 (trinta) dias, antes das datas fixadas para a sua remessa à Câmara Municipal.

**Art. 144** – A convocação das entidades mencionadas neste capítulo far-se-á por todos os meios à disposição do Governo Municipal.

transporte e lazer;

II – respeito ao meio ambiente e controle da poluição ambiental;

III – acesso universal e igualitário de todos os habitantes do Município às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação de saúde, sem qualquer discriminação.

**Art. 147** – As ações de saúde são de relevância pública, devendo sua execução ser feita preferencialmente através de serviços públicos e, complementarmente, através de serviços de terceiros.

**Parágrafo único** – É vedado ao Município cobrar do usuário pela prestação de serviços de assistência à saúde mantidos pelo Poder Público ou contratados com terceiros.

**Art. 148** – São atribuições do Município, no âmbito do Sistema Único de Saúde:

I – planejar, organizar, gerir, controlar e avaliar as ações e os serviços de saúde;

II – planejar, programar e organizar a rede regionalizada e hierarquizada do SUS, em articulação com a sua direção estadual;

III – gerir, executar, controlar e avaliar as ações referentes às condições e aos ambientes de trabalho;

IV – executar serviços de:

a) vigilância epidemiológica;

b) vigilância sanitária;

c) alimentação e nutrição;

V – planejar e executar a política de saneamento básico em articulação com o Estado e a União;

VI – executar a política de insumos e equipamentos para a saúde;

VII – fiscalizar as agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana e atuar, junto aos órgãos estaduais e federais competentes, para controlá-las;

VIII – formar consórcios intermunicipais de saúde;

IX – gerir laboratórios públicos de saúde;

X – avaliar e controlar a execução de convênios e contratos, celebrados pelo Município, com entidades privadas prestadoras de serviços de saúde;

XI – autorizar a instalação de serviços privados de saúde e fiscalizar-lhes o funcionamento.

**Art. 149** – As ações e os serviços de saúde realizados no Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada constituindo o Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I – comando único exercido pela Secretaria Municipal de Saúde ou equivalente;

II – integridade na prestação das ações de saúde;

III – organização de distritos sanitários com alocação de recursos técnicos e práticas de saúde adequadas à realidade epidemiológica local;

IV – participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais na formulação, gestão e controle da política municipal e das ações de saúde através de Conselho Municipal de caráter deliberativo e partitário;

V – direito do indivíduo de obter informações e esclarecimentos sobre assuntos pertinentes a promoção, proteção e recuperação de sua saúde e da coletividade.

**Parágrafo único** – Os limites dos distritos sanitários referidos no inciso III constarão do Plano Diretor de Saúde e serão fixados segundo os seguintes critérios:

33

Isael J. P. Moita das Neves  
Secretário de Administração  
Município de Lajedão

# Prefeitura Municipal de Lajedão

- I – área geográfica de abrangência;
  - II – adesão de clientela;
  - III – resolutividade de serviços à disposição da população.
- Art. 150** – O Prefeito convocará anualmente o Conselho Municipal de Saúde para avaliar a situação do Município, com ampla participação da sociedade, e fixar as diretrizes gerais da política de saúde do Município.

**Art. 151** – A lei disporá sobre a organização e o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde que terá as seguintes atribuições:

- I – formular Política municipal de saúde, a partir das diretrizes emanadas da Conferência Municipal de Saúde;
- II – planejar e fiscalizar a distribuição dos recursos destinados a saúde;
- III – aprovar a instalação e o funcionamento de novos serviços públicos ou privados de saúde, atendidas as diretrizes do plano municipal de saúde.

**Art. 152** – As instituições privadas poderão participar de forma complementar do Sistema Único de Saúde, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

**Art. 153** – O Sistema Único de Saúde no âmbito do Município será financiado com recursos do orçamento do Município, do Estado, da União e da seguridade social, além de outras fontes.

**§ 1º** – Os recursos destinados às ações e aos serviços de saúde no Município constituirão o Fundo Municipal de Saúde, conforme dispuser a lei.

**§ 2º** – O montante das despesas de saúde não será inferior a 12% das despesas globais do orçamento anual do Município.

**§ 3º** – É vedada a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

## SEÇÃO II DA POLÍTICA EDUCACIONAL, CULTURA E DESPORTIVA

**Art. 154** : O ensino ministrado nas escolas municipais será gratuito.

**Art. 155** – O Município manterá:

- I – ensino fundamental, obrigatório, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria;
- II – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências físicas e mentais;
- III – atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
- IV – ensino noturno regular, adequado às condições do educando;
- V – atendimento ao educando, no ensino fundamental, por meio de programas suplementares de fornecimento de material didático, transporte escolar, alimentação e assistência a saúde.

**Art. 156** – O Município promoverá, anualmente, o recenseamento da população escolar e fará a chamada dos educandos.

**Art. 157** – O Município zelará, por todos os meios ao seu alcance, pela permanência do educando na escola.

**Art. 158** – O calendário escolar municipal será flexível e adequado às particularidades climáticas e às condições sociais e econômicas dos alunos.

**Art. 159** – Os currículos escolares serão adequados às peculiaridades do Município e valorizarão sua cultura e seu patrimônio histórico, artístico, cultural, ambiental.

**Art. 160** – O Município aplicará, anualmente, nunca menos de 2,5% da receita resultante de impostos e das transferências recebidas do Estado e da União na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

**Art. 161** – O Município, no exercício de sua competência:

- I – apoiará as manifestações da cultura local,
- II – protegerá, por todos os meios ao seu alcance, obras, objetos, documentos e imóveis de valor histórico, artístico, cultural e paisagístico.

**Art. 162** – Ficam isentos do pagamento do imóvel o predial e territorial urbano os imóveis tombados pelo Município em razão de suas características históricas, artísticas, culturais e paisagísticas.

**Art. 163** – O Município fomentará as práticas desportivas, especialmente nas escolas a ele pertencentes.

**Art. 164** – É vedada ao Município a subvenção de entidades desportivas profissionais.

**Art. 165** – O Município incentivará o lazer, como forma de promoção social.

**Art. 166** – O Município deverá estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito, em articulação com o Estado.

## SEÇÃO III DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

**Art. 167** – A ação do Município no campo da assistência social objetivará promover:

- I – a integração do indivíduo ao mercado de trabalho e ao meio social;
- II – o amparo à velhice e à criança abandonada;
- III – a integração das comunidades carentes;
- IV – proteção ao deficiente.

**Art. 168** – Na formulação e desenvolvimento dos programas de assistência social, o Município buscará a participação das associações representativas da comunidade.

## SEÇÃO IV DA POLÍTICA ECONÔMICA

**Art. 169** – O Município promoverá o seu desenvolvimento econômico, agindo de modo que as atividades econômicas realizadas em seu território contribuam para elevar o nível de vida e o bem-estar da população local, bem como para valorizar o trabalho humano.

**Parágrafo único** – Para a consecução do objetivo mencionado neste artigo, o Município trará de forma exclusiva ou em articulação com a União ou com o Estado.

**Art. 170** – Na promoção do desenvolvimento econômico, o Município agirá, sem prejuízo de outras iniciativas, no sentido de:

- I – fomentar a livre iniciativa;
- II – privilegiar a geração de empregos;
- III – utilizar tecnologias de uso intensivo de mão-de-obra;

35

34

# Prefeitura Municipal de Lajedão

IV – racionalizar a utilização de recursos naturais;

V – proteger o meio ambiente;

VI – proteger os direitos dos usuários dos serviços públicos e dos consumidores;

VII – dar tratamento diferenciado à pequena produção artesanal ou mercantil; às microempresas e às pequenas empresas locais, considerando sua contribuição para a democratização de oportunidade econômicas, inclusive para os grupos sociais mais carentes;

VIII – estimular o associativismo, o cooperativismo e as microempresas;

LX – eliminar entraves burocráticos que possam limitar o exercício da atividade econômica;

X – desenvolver ação direta ou reivindicativa junto a outras esferas de governo, de modo que sejam, entre outros, efetivados:

a) assistência técnica;

b) crédito especializado ou subsidiado;

c) estímulos fiscais e financeiros;

d) serviços de suporte informativo ou de mercado.

Art. 171 – E de responsabilidade do Município, no campo de sua competência, a realização de investimento para formar e manter a infra-estrutura básica capaz de atrair, apoiar ou incentivar o desenvolvimento de atividades produtivas, seja diretamente ou mediante delegação ao setor privativo para esse fim.

Parágrafo único – A atuação do Município darse-á inclusiva, no meio rural, para a fixação de contingentes populacionais, possibilitando-lhes acesso aos meios de produção e geração de renda e estabelecendo a necessária infra-estrutura destinada a viabilizar esse propósito.

Art. 172 – A atuação do Município na zona rural terá principais objetivos: I – oferecer meios para assegurar ao pequeno produtor e trabalhador rural condições de trabalho e de mercado para os produtos, a rentabilidade dos empreendimentos e a melhoria do padrão de vida da família rural;

II – garantir o escoamento da produção, sobre tudo o abastecimento alimentar;

III – garantir a utilização dos recursos naturais;

IV – manter as máquinas agrícolas do município em perfeito estado para beneficiar os pequenos e médios produtores.

Art. 173 – Como principais instrumentos para o fomento da produção na zona rural, o Município utilizará a assistência técnica a extensão rural, o armazenamento, o transporte, o associativismo e a divulgação das oportunidades de crédito e de incentivos fiscais.

Art. 174 – O Município poderá consorciar-se com outras municipalidades com vistas ao desenvolvimento de atividades econômicas de interesse comum, bem como integrar-se em programas de desenvolvimento regional a cargo de outras esferas de Governo.

Art. 175 – O município desenvolverá esforços para proteger o consumidor através de:

I – orientação e gratuidade de assistência jurídica, independentemente da situação social e econômica do reclamante;

II – criação de órgãos no âmbito da Prefeitura ou da Câmara Municipal para defesa do consumidor;

III – atuar coordenada com a União e o Estado.

Art. 176 – O município dispensará tratamento jurídico diferenciado à microempresa e à empresa de pequeno porte, assim definidas em legislação municipal.

Art. 177 – As microempresas e as empresas de pequeno porte municipais serão concedidas os seguintes favores fiscais:

I – isenção do imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISS,

II – isenção da taxa de licença para localização de estabelecimento;

III – dispensa da escrituração dos livros fiscais estabelecidos pela legislação tributária do Município, ficando obrigadas a manter arquivada a documentação relativa aos atos negociais que praticarem ou em que intervierem;

IV – autorização para utilizarem modelo simplificado de notas fiscais de serviços ou cupom de máquina registradora, na forma definida por instrução do órgão fundiário da Prefeitura.

Parágrafo único – O tratamento diferenciado previsto neste artigo será dado aos contribuintes citados, desde que atendam às condições estabelecidas na legislação específica.

Art. 178 – O Município, em caráter precário e por prazo limitado definido em ato do Prefeito, permitirá às microempresas se estabelecerem na residência de seus titulares, desde que não prejudiquem as normas ambientais, de segurança, de silêncio, de trânsito e de saúde pública.

Parágrafo único – As microempresas, desde que trabalhadas exclusivamente pela família, não terão seus bens ou os seus próprios sujeitos à penhora pelo Município para pagamento de débito decorrente de sua atividade produtiva.

Art. 179 – Fica assegurada às microempresas ou às empresas de pequeno porte a simplificação ou a eliminação, através de ato do Prefeito, de procedimentos administrativos em seu relacionamento com a Administração municipal, direta ou indireta, especialmente em exigências relativas às licitações.

Art. 180 – Os portadores de deficiência física e de limitação sensorial. Assim como as pessoas idosas, terão prioridades para exercer o comércio eventual ou ambulante no município.

## SEÇÃO V DA POLÍTICA URBANA

Art. 181 – A política urbana, a ser formulada no âmbito do processo de planejamento municipal, terá por objetivo o plano desenvolvido das funções sociais da cidade e o bem-estar dos seus habitantes, em consonância com as políticas sociais e econômicas do município.

Parágrafo único – As funções sociais da cidade dependerão do acesso de todos os cidadãos aos bens e aos serviços urbanos assegurando-lhes condições de vida e moradia compatíveis com o estágio de desenvolvimento do município.

Art. 182 – O Plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano a ser executado pelo Município.

§ 1º. – O plano diretor fixará o critério que assegurem a função social da propriedade, cujo uso e ocupação deverão respeitar a legislação urbanística, a proteção

# Prefeitura Municipal de Lajedão

do patrimônio ambiental natural e cultural, e o interesse coletividade.

§ 2º O plano ilenciará ser elaborado com a participação das entidades representativas da comunidade diretamente interessada, com a participação das entidades representativas das áreas especiais de interesse social urbanístico e ambiental para as quais será exigido aproveitamento adequado nos termos previstos na Constituição Federal.

Art. 183 – Para assegurar as funções sociais da cidade, o Poder Executivo deverá utilizar os instrumentos jurídicos, tributários, financeiros e de controle urbanístico existentes e à disposição do Município.

Art. 201 – O Município mandará imprimir esta Lei Orgânica para distribuir nas escolas e entidades representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que se faça a mais ampla divulgação do seu conteúdo.

Art. 202 – Esta Lei Orgânica, aprovada pela Câmara Municipal, será por ela promulgada e entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lajedão, 05 de abril de 1.990.

Danilo Rodrigues Freitas  
Prefeito Municipal

Israel Jr. Meira das Virgens  
Secretário de Administração  
Decreto 002/09